

alavancada **CGTP-IN**

ANO 5 - N.º 34 - MARÇO 1980 - PREÇO 25\$00



VIVA o III Congresso
da CGTP-IN

ESPECIAL

POPULARES LIVRARIAS



AS SUAS LIVRARIAS

ANGRA: LIVRARIA POPULAR DE ANGRA
Rua Rainha D. Amélia, 78-80 - ANGRA DO HEROISMO
BEJA: LIVRARIA POPULAR DE BEJA
Rua Mértola, 89 - BEJA
COIMBRA: INTERLIVRO
Terreiro da Erva, 6 - COIMBRA
ÉVORA: LIVRARIA BENTO JESUS CARAÇA
Rua Alcaçova de Bairo, 13 - ÉVORA
FARO: LIVRARIA POPULAR DE FARO
Rua 1.º de Dezembro, 13 - FARO
LISBOA: INTERLIVRO
Rua Pedro Nunes, 9-A - LISBOA 1
LIVRARIA -o diário-
Rua do Sáculo, 80 - LISBOA 2
CDL
Avenida Santos Dumont, 57-C - LISBOA 1
OLIVAIS SUL: LIVRARIA POPULAR DOS OLIVAIS
Rua Cidade de Quelmane, 3-C - OLIVAIS SUL
MARINHA GRANDE: LIVRARIA 18 DE JANEIRO
Rua António Campos Júnior, 18 - MARINHA GRANDE
PORTO: LIVRARIA AVANTE
Rua de Anz, 26 - PORTO
SANTARÉM: LIVRARIA CAMINHO
Rua Pedro de Santarém, 41 - SANTARÉM
SETÚBAL: LIVRARIA MUNDO NOVO
Avenida de Angola, 29-A - SETÚBAL
VIANA DO CASTELO: LIVRARIA POPULAR DE VIANA
Rua da Picota, 38-40 - VIANA DO CASTELO
V. FRANÇA DE XIRA: LIVRARIA SOEIRO PEREIRA GOMES
Rua Sampa Pinto, 77 - VILA FRANÇA DE XIRA
DEPARTAMENTO DE VENDA DIRECTA
Avenida Santos Dumont, 57-4.º Esq. 5.º - LISBOA 1

ONDE PODE ENCONTRAR

LIVROS NACIONAIS E ESTRANGEIROS • LIVROS
ESCOLARES • DISCOS • CASSETTES • ARTESANATO
• POSTERS • SELOS • MEDALHAS • JOGOS
• BRINQUEDOS



visite
as

POPULARES
LIVRARIAS CDL

Leia neste número:



Trabalhadoras camponesas - a alma
da resistência nas terras da Reforma
Agrária



Perante
este
imponente
edifício
milhares
de
trabalhadores
protestaram
em 14-2-80



A Comunicação Social, uma arma que
o governo AD quer monopolizar

ÓRGÃO MENSAL DA CONFEDERAÇÃO GERAL
DOS TRABALHADORES PORTUGUESES
-INTERSINDICAL NACIONAL

Rua Victor Cordon, N.º 1, 2.º - LISBOA

DIRECTOR: JOSÉ ERNESTO CARTAXO



**O general Costa
Gomes fala da Paz
e do Desarma-
mento**



**14 de Fevereiro
- contra o aumento
do custo de vida**

REDACÇÃO
E ADMINISTRAÇÃO:
RUA VITOR CORDON, N.º 1, 2.º
1294 LISBOA CODEX

COMPOSTO E IMPRESSO
NA RENASCENÇA GRÁFICA,
SARIL
RUA LUZ SORIANO, 44
1200 LISBOA

DISTRIBUIÇÃO:
CDL - CENTRAL DISTRIBUIDORA
LIVREIRA

Sumário

Em directo com os leitores	4
Editorial	5
Notícias e Comentários	6
III Congresso da CGTP-IN é já um êxito. Entrevista com Manuel Carvalho da Silva, do Secretariado da CGTP-IN e membro da CNO	
Amnistiados do 25 de Novembro	8
O mata-bicho - conto	12
O 8 de Março, Dia Internacional da Mulher	14
A grande Jornada de 14 de Fevereiro	16
O pacote das 15 medidas	18
Despedimentos colectivos	20
Reaccionários Investem contra a Reforma Agrária	22
Teatro, Cinema, Desportos, etc.	26

**ESTA EDIÇÃO CONTÉM 48 PÁGINAS,
INCLUINDO UM DESTACÁVEL DEDICADO A:**

- Luta pela Paz
- Unidade e Divisíonismo
- Orientação e Acção do Movimento Sindical
- Política Económica e Sindicalismo

Condições de assinatura

Continente	- Anual (12 números)	165\$00
	- Semestral (6 números)	85\$00
Ilhas (Por avião)	- Anual (12 números)	260\$00
	- Semestral (6 números)	130\$00
Estrangeiro (Por avião)	- Anual (12 números)	500\$00
	- Semestral (6 números)	250\$00

Pedidos à Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses
- Intersindical Nacional - Rua Vitor Cordon, n.º 1-2.º
1294 LISBOA CODEX

em directo com os leitores

**Germano da Silva
— Lisboa**

«Quando este (des)governo AD tomou posse, o senhor Carneiro afirmou, perante os que assistiram pessoalmente e todos aqueles que viram e ouviram através das câmaras da TV, que a gestão do seu Governo iria envolver a mudança, pela austeridade, tudo a sério, tal e coisita... Talvez tenha começado a diminuir o número de contínuos e a aumentar o dos secretárias e secretárias, dos gestores disto e daquilo, pois havia e há que dar satisfação aos afiliados & etc., que os ajudaram a montar a mula do Poder... No entanto, houve logo uma amostragem dessa política de poupança do arário público, com as diversas viagens ao estrangeiro (no tempo, na sua burguesíssima vida. E à conta do Estado, é evidente, que é como quem diz, à conta do pagode...»

«Será mesmo esse o novo rumo, a mudança para a austeridade pública, que o sr. Carneiro prometeu ao País, para salvar as finanças nacionais?»

**Conceição Maria
das Dores — Setúbal**

«Sou operária fabril. Interesso-me, por isso, por tudo que diz respeito aos que trabalham. Parece-me um pequeno estado a fazer, em tão pouco tempo em que está no poleiro da governação, nos campos da Reforma Agrária. Pretenderão esses malditos senhores destruir essa bela realidade, saída da Revolução dos capitães de Abril? E já pensaram esses sujeitos burgueses, ao serviço da classe capitalista que, se por mal do povo trabalhador português, conseguissem (o que não

conseguirão, se todos os verdadeiros antifascistas estiverem unidos) os seus almejos e desgraçados fins, que é o da destruição da Reforma Agrária, se seriam os latifundiários e os seus capatazes e capangas que seriam capazes de trabalhar, de pôr a produzir essas terras, semeando e colhendo o pão que o País carece? O pão e o mais que, com a Reforma Agrária, os trabalhadores cooperativistas do campo podem conseguir? Respondam, se forem capazes, os que, em vez de enxadas e tractores, só têm sentido nas mãos, em toda a sua vida burguesa, luxuosas luvas e volantes de automóveis caros!»

**Maria dos Mártires
Martins — Vila Real**

«Não percebo nada disso que os srs. do Governo falam sobre a valorização do escudo, se isso é bom ou é mau para Portugal e para os portugueses. Só sei que o meu Manuel me escreveu, lá da França, onde está a trabalhar já há muitos anos, dizendo-me que o fosse aguentando com o que por cá tenho. Por que isso do franco render agora menos escudos, faz com que ele, por agora, não me mande dinheiro, para não perder no câmbio. Porque é que dizem, então, os nossos governantes que isso da valorização do escudo é bom para a gente? O que me vale é que tenho uns patatinhos de reserva, para me ir remediando. E se não tivesse, como acontece a muitas pessoas que conheço e têm os maridos a trabalhar no estrangeiro? Passaria necessidades, mesmo fome, enquanto o escudo não baixasse outra vez? Quem desses srs. do Governo me viria ajudar e aos meus filhos?»

**José Modesto
Madeira — Lisboa**

«Como quero protestar contra os srs. deste Governo, que fazem subir os preços das

coisas sem que os ordenados acompanhem essa subida, pois cada vez sou obrigado a trabalhar mais e a comer menos, aqui mando estes versos que gostaria que a 'Alavanca' publicasse:

«Gostaria de saber quem vale mais em Portugal, se é quem produz a riqueza ou quem a gasta tão mal.

«A minha sabedoria é pouca. Mas mesmo assim chega e sobra para saber quem governa assim e ruim.

«Não me venham cá com tretas, que eu não sou fácil de levar. A AD enche bem as telas mas só aos seus dá de mamar.»

**Rosa Maria
das Mercês
— Porto**

«... Só o que não consigo perceber é que, para entregarem terras e gado que as autoridades dizem pertencer a certos senhores e senhoras, tenham de chamar a Guarda Republicana para obrigarem os trabalhadores a essas entregas. Ou isso é uma violência e um roubo ou, então, se fosse coisa normal e aceitável, tudo deveria passar-se bem, sem ser preciso empregar a violência dos grandes agrários, com a cobertura da Guarda Republicana. É assim que o senhor general comandante dessa Guarda Republicana (não me lembro agora do seu nome), conforme disse, quer mudar, dando ordens nesse sentido, a face odiosa e odiada que essa corporação militar, pelas violências cometidas durante o tempo da ditadura fascista alcançou, ante o povo português? Segundo esse senhor general, pretenda mudar essa face da GNR em face amiga do povo. Não, não acredito nisso. Ou, então, tenho de acreditar que todas as violências, toda a presença ostensiva e armada de membros dessa corporação, praticadas desde há muitos meses no Alentejo, em especial na zona da Reforma Agrária, se passa sem o seu conhecimento, o que não me parece lógico. A menos que isso que se passa no Alentejo, seja à revelia da vontade do senhor comandante da GNR ou, então, as suas palavras e ordens não passam de bolas de sabão atiradas ao vento, não entendíveis pelos seus subordinados...»

**António
dos Santos
— Coimbra**

«Cada vez penso estar mais confuso com o que os jornais, a Rádio e a TV nos dizem, acerca de certos problemas que preocupam as pessoas no mundo. Engrosam assustadoramente, quando o ralizados nos países do leste. E nem sequer falam de outros problemas semelhantes praticados nos países do oeste. Sakharov serviu para cerca de um mês de amplo folhetim, generalizado em todos os meios de comunicação nacionais. Foi uma bem montada máquina de lavagem ao cérebro dos bem e dos mal intencionados, pessoas que gritam aos quatro ventos o al Jesus pela defesa dos Direitos do Homem!

Entretanto, os negros nos EUA, os porto-riquenhos e os massacrados índios desse país nem sequer conseguem ser cidadãos de 2.ª classe — a não ser quando é preciso enviá-los para o apogeu das guerras que o imperialismo americano e seus satélites fomentam e desencadeiam.

Depois, é a Invasão do Afeganistão, como campo de manobra eleitoralista do presidente Carter. Mas não se fala dos massacres quase diários das tropas israelitas, bem amadas pelos EUA, contra os libaneses e os palestinos, com dezenas e dezenas de mortos pelos bombardeamentos aéreos e terrestres indiscriminados. Nem tão pouco se realça a intromissão das tropas francesas na Tunísia, e dos seus barcos de guerra nas águas desse país, apenas porque o sr. Bourguiba, presidente da Tunísia, teve recelo que os seus compatriotas revoltados contra a sua despótica administração, conseguissem derubá-lo do Poder.

Afinal, que compadrio é esse que existe nos meios de Comunicação Social, incluindo jornais reaccionários, a Rádio e a TV que é, como dizem quando pedem que se paguem as taxas, de todos os portugueses? Não terão os portugueses direito a uma informação correcta, objectiva, real, como até acontece no país vizinho, a Espanha, que nem sequer tem uma Constituição tão avançada como a nossa? Um pouco mais de independência dos vimes imperialistas, senhores mandões dos meios de comunicação radiofónicas e televisivas portuguesas! Isso só honrará quem participa nesses serviços públicos portugueses!»

editorial

VIVA O III CONGRESSO DA CGTP-IN

O III Congresso da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional constitui uma poderosa demonstração de unidade e organização dos trabalhadores e do seu Movimento Sindical.

Com base na experiência de três anos de luta heroica; com base nas condições políticas, económicas e sociais hoje existentes; com base nos princípios e objectivos que norteiam o movimento sindical unitário, o III Congresso aponta as linhas de orientação que melhor irão apetrechar os trabalhadores para enfrentarem com êxito as difíceis batalhas que se avizinham.

Fortalecer a Unidade e a Organização - Prosseguir Abril, o lema que foi escolhido para este Congresso, sintetiza os seus objectivos fundamentais, que são:

- fortalecer a CGTP-IN como estrutura que unifica toda a actividade do Movimento Sindical Português;
- desenvolver a capacidade reivindicativa dos trabalhadores com vista à melhoria das suas condições de vida e de trabalho;
- promover o desenvolvimento económico, ao serviço das camadas populares e do País, contra as tentativas de reposição do poder dos monopólios e dos latifundiários, liquidados com a revolução de Abril;
- consolidar o regime democrático consagrado na Constituição.

A presença massiva de delegações estrangeiras, vindas de todos os continentes e quadrantes sindicais, ao mesmo tempo que nos honra e dignifica constitui um testemunho indiscutível da solidariedade e do apreço internacional dos nossos irmãos de classe e o melhor incentivo para continuarmos a defender intransigentemente os interesses e direitos dos trabalhadores portugueses, prosseguindo a prática de solidariedade internacionalista que tem caracterizado a actividade da CGTP-IN.

O III Congresso da CGTP-IN realiza-se numa altura em que o Governo camelo/Amaral desenvolve uma forte ofensiva contra a Reforma Agrária, as nacionalizações, o poder de compra dos trabalhadores, ofensiva que assume já aspectos fascizantes e que, no fundamental, visa retirar direitos e conquistas dos trabalhadores, atentando mesmo contra o regime democrático.

Na Comunicação Social, nas empresas do sector público, na Reforma Agrária, no protesto contra o aumento do custo de vida contra os despedimentos e o desemprego, é patente o crescimento da indignação dos trabalhadores e de todo o Povo Português.

A vitória conseguida na luta pela saída dos 40 contratos colectivos prova que os trabalhadores têm força e estão determinados a oporem-se a tal política.

Na situação actual é determinante a luta de massas, o recurso a todas as formas de acção, legal e constitucionalmente reconhecidas aos trabalhadores.

O III Congresso da CGTP-Intersindical Nacional, irá corresponder aos anseios mais profundos dos trabalhadores e do Povo português apontará aos trabalhadores portugueses e ao seu Movimento Sindical os caminhos que conduzem à inviabilização de tais medidas e à derrota da política deste Governo.

O Governo PPD/CDS, a exemplo de todos os outros Governos cuja política é contrária aos interesses dos trabalhadores e do País, está condenado ao fracasso, será derrotado.

Esta é a hora de cerrarmos fileiras na defesa das nossas condições de vida e de trabalho, em defesa das liberdades do regime democrático, saído do 25 de Abril.

VIVA O III CONGRESSO DA CGTP-IN.

notícias e comentários

Riscos profissionais

No espírito das conclusões do Seminário Sindical de Higiene e Segurança no Trabalho passamos a enumerar os principais organismos que estão directa ou indirectamente ligados à prevenção e reparação dos riscos profissionais:

1. Com funções de fiscalização das condições de Trabalho.
- Direcção-Geral da Qualidade do Ministério da Indústria e Tecnologia;
2. Direcção-Geral de Minas e Serviços Geológicos, do Ministério da Indústria e Tecnologia;
3. Direcção-Geral de Saúde, do Ministério dos Assuntos Sociais;
4. Inspeção do Trabalho, do Ministério do Trabalho;
5. Com funções de estudo e de formação
- Direcção-Geral de HST do Ministério do Trabalho;
6. Centro de Prevenção do Instituto Nacional de Seguros
7. Com funções de avaliação e prevenção dos riscos
- Laboratório de Higiene Industrial, do Instituto Nacional de Saúde do dr. Ricardo Jorge, do Ministério dos Assuntos Sociais;
8. Laboratório de Avaliação de Riscos da Caixa Nacional de Seguros de Doenças Profissionais.
9. Com funções de elaboração de normas de Segurança e Higiene do Trabalho
- Comissão Técnica Portuguesa de Normalização de Higiene e Segurança do Trabalho - CT 42.
10. Com funções de reparação dos riscos profissionais
- Acidentes de Trabalho a Indústria Seguradora;
11. Doenças Profissionais a Caixa Nacional de Seguros de Doenças Profissionais.

Falta de condições laborais mata 2 mineiros

O falecimento recente de dois trabalhadores mineiros, por falta de oxigénio junto ao local de trabalho, levou as organizações sindicais a procurarem resolver esta tão importante questão, a qual é da responsabilidade dos serviços estatais.



Assim os sindicatos mineiros depois de realizarem várias reuniões com a Comissão Administrativa da Caixa Nacional de Seguros de Doenças Profissionais, celebraram um acordo de colaboração, com o objectivo de garantir a imediata prestação dos primeiros socorros com oxigénio medicinal às vítimas de pneumoconioses, nomeadamente silicose.

O acordo garante a colocação de garrafas de oxigénio medicinal nas sedes e delegações sindicais e ainda em Casas do Povo e Postos de Socorros, assim como a aquisição de garrafas modelo individual que serão fornecidas em casos excepcionais e sob receita médica.

O material pertença da CNSDP ficará à guarda das organizações sindicais que se responsabilizarão pela sua conservação e manuseamento, depois do pessoal qualificado ser devidamente instruído na sua utilização.

As organizações sindicais cabe a responsabilidade pelo desencadear de acções de prevenção junto dos trabalhadores.

Este acordo de colaboração, agora celebrado, põe em evidência a importância das relações dos vogais sindicais nas Comissões Administrativas das Caixas com a estrutura do Movimento Sindical, sendo de sublinhar a importância social do Acordo e os benefícios directos que daí advirão para os trabalhadores mineiros portugueses.



1.º Congresso do MDM

O Conselho Nacional do Movimento Democrático de Mulheres (MDM), reunido no passado dia 10 de Fevereiro, deliberou promover a realização do seu 1.º Congresso nos dias 12 e 13 de Abril, no Pavilhão dos Desportos de Lisboa.

O Congresso terá como objectivo prioritário debater a nova realidade da mulher portuguesa e o papel que o MDM deverá ter na actual conjuntura.

O MDM, através do seu Conselho Nacional, delibe-

rou, também, realizar as comemorações do 8 de Março - Dia Internacional da Mulher - em conjunto com as estruturas sindicais e organizações populares, obedecendo esta jornada de unidade de todas as mulheres ao lema «por Abril, pela Paz, pelo Progresso».

De entre as moções aprovadas por unanimidade e aclamação no decurso dos trabalhos do Conselho Nacional do MDM destacamos a que aquela organização de mulheres repudia veemen-

temente a política externa do actual governo, que «através da sua acção tem fomentado nova escalada em direcção à guerra fria».

No mesmo documento o Conselho Nacional do MDM exige, ainda, «a alteração dessa política externa, que se deverá nortear pela Constituição, visando a possibilidade de cooperação com todos os povos do Mundo, no respeito pela independência e soberania desses povos, na defesa da Paz Mundial e da própria Revolução de Abril».

Sindicalistas britânicos visitam Portugal

A convite da Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânicas e Minas de Portugal, esteve no nosso país, de 13 a 15 de Fevereiro, uma delegação de sindicalistas britânicos, em representação dos Sindicatos Transport and General Workers Union (TGWU) e Amalgamated Union of Engineering Workers (AUEW-TASS), que representam mais de 2 200 000 trabalhadores.

Os representantes destes sindicatos — filiais do TUC — com profundos conhecimentos da problemática do sector automóvel, deslocaram-se ao nosso país para contactarem, mais estreitamente, com a realidade portuguesa no campo das multinacionais que operam em Portugal, nomeadamente, a Ford e a General Motors.

Como é do conhecimento geral, verifica-se uma crescente efervescência no sector automóvel, ligado que está às sociedades multinacionais. Com efeito, no ano transacto, realizaram-se múltiplas «reestruturações» em numerosas empresas deste ramo de actividade.

E o que é que essas «re-

estruturas» significaram, na prática, para os trabalhadores? Pois bem, despedimentos e mais despedimentos.

A comprová-lo estão os milhares de despedimentos efectuados em 1979 (e apontamos só dois exemplos), pela Chrysler Corporation da EUA e pela British Leyland da Grã-Bretanha.

A estratégia das multinacionais visa, exclusivamente, a obtenção de lucros chorudos à custa do suor dos trabalhadores. Mas, e sempre que os seus lucros diminuem, os tubarões-patrões das multinacionais lutam, igualmente, entre si, chegando mesmo a aniquilar-se uns aos outros. Ao mesmo tempo, vão estendendo os seus tentáculos em direcção a países onde os encargos com a mão-de-obra sejam menores e, portanto, onde os lucros se avolumam.

A General Motors — que opera em Portugal — vendeu, recentemente a sua divisão Frigidaire. Era um ramo considerado «pouco rentável».

Outras empresas multinacionais compram novos sectores, como se verifi-

cou com a Volkswagen que adquiriu a sociedade UMPH-ADLER, do ramo de material de escritórios; a Ford (opera em Portugal) tem vindo gradualmente a aproximar-se da Mazda e a Chrysler Europa (Talbot) já firmou um acordo com a divisão camiões da DAF, enquanto o grupo britânico GKN, do sector de peças, passou a dominar o quarto distribuidor americano do mesmo ramo.

Ne tocante ao nosso país, e já depois da tomada de posse do governo Carneiro-Amaral, as disputas entre as multinacionais do ramo automóvel são, igualmente, uma infeliz realidade.

Como se sabe, os senhores da «Aliança Reacionária» assinaram um contrato com a Régie Renault — que, por sinal, adquiriu, também, importantes participações no capital da empresa de camiões MACK e na American Motors Corporation, não descurando uma clara aproximação com a Volvo sueca — e mantém obscuras negociações com outra multinacional que também opera em Portugal: a Ford.

Estas foram, resumidamente, as principais questões que os sindicalistas britânicos discutiram e analisaram com os trabalhadores portugueses do ramo automóvel e com os seus órgãos representativos de classe.

A delegação sindical britânica, que se avistou com o Secretariado Nacional da CGTP-IN, convidou a Federação dos Sindicatos da Metalurgia Metalomecânicas e Minas de Portugal para estar presente numa conferência Internacional de sindicatos europeus ligados ao ramo automóvel, a realizar na Grã-Bretanha, onde se discutirá esta problemática e se estabelecerá uma estratégia comum a seguir, face à actual política das multinacionais.

Campanha de donativos a favor das vítimas dos Açores

O violento abalo sísmico que devastou os Açores no primeiro dia do ano, gerou um amplo movimento de solidariedade que se estende a todos os cantos de Portugal.

O Movimento Sindical Unitário desencadeou, desde a primeira hora, uma vasta campanha de recolha de fundos que se destina, naturalmente, a auxiliar as vítimas do cataclismo.

Federações, uniões, sindicatos, comissões de trabalhadores, grupos de trabalhadores de inúmeras, empresas bem como simples cidadãos, responderam generosamente ao apelo lançado pela CGTP-IN.

A lista de donativos é imensa, pelo que se tornaria exaustiva a sua publicação. O total recebido até 8 de Fevereiro perfazia mais de um milhão de escudos (1.016.022\$70).

Todavia, o movimento de solidariedade prossegue. Qualquer organização de trabalhadores, ou quaisquer pessoas que desejem enviar os seus donativos, poderão fazê-lo para as uniões distritais que, por seu turno, procederão ao seu envio para a CGTP-IN. A Confederação já enviou a quantidade acima referida para a União Distrital de Angra do Heroísmo.

Contamos no próximo número iniciar a publicação da lista de amigos e organizações que participaram nesta campanha.



**Manuel
Carvalho da Silva
da Comissão
Executiva
do Secretariado
da CGTP-IN
e membro da CNOC**



cratas e o povo português se têm que mobilizar e organizar para lhes barrar o caminho, para derrotarem os seus planos».

Sobre o III Congresso, que se realiza pouco depois de dois actos eleitorais — eleições para as autarquias locais e intercalares para a Assembleia da República — disse ainda o dirigente da CGTP-IN que este assume características bem específicas, já que terá lugar «à porta de novas eleições que terão um peso muito grande na

terá em conta o desenvolvimento das diversas frentes de trabalho e de luta».

Significado político-sindical da resposta dos trabalhadores

Os trabalhadores, os delegados e dirigentes sindicais, bem como as suas organizações representativas, constituíram ao longo de muitos meses de militância, o grande motor que colocou o Movimento

O III CONGRESSO DA CGTP-IN JÁ É UM ÊXITO

Estamos no ano do III Congresso da CGTP-IN. Estamos também, a escassos dias da abertura dos trabalhos do Congresso. O órgão deliberativo máximo do Movimento Sindical Unitário vai reunir. Esses quatro dias de discussão, debate e análise são o resultado do empenhamento total dos trabalhadores das suas organizações de classe.

Milhares de plenários, de reuniões, de sessões de esclarecimento conduzirão as centenas de delegados eleitos — representando mais de 1 milhão e 800 mil trabalhadores — ao Pavilhão dos Desportos de Lisboa, local onde se realizará de 6 a 9 de Março, o III Congresso da CGTP-IN aberto a todos os Sindicatos.

É sobre esta jornada de festa e de luta, do esforço militante e organizativo de todas as estruturas do Movimento Sindical Unitário, do profundo significado de que se reveste, no actual momento político-sindical, a realização do nosso III Congresso e, bem assim, sobre os objectivos que, com a sua realização, se pretendem alcançar, que o camarada Manuel Carvalho da Silva, da Comissão Executiva do Secretariado da CGTP-IN e elemento da CNOC, se pronuncia nesta entrevista à *Avianca*.

III Congresso da CGTP-IN

Estamos em 1980. Este é o ano da realização do III Congresso da CGTP-IN, aberto a todos os sindicatos. Assim que a primeira questão que colocámos a Manuel Carvalho da Silva, como membro da Comissão Executiva do Secretariado Nacional da CGTP-IN e elemento integrante da Comissão Nacional Organizadora do Congresso (CNOC), se tenha dirigido ao significado da realização desta importante jornada sindical.

«Podemos dizer — afirmou Carvalho da Silva —

que se o Congresso de 1977 foi um passo importante e determinante na unidade dos trabalhadores portugueses, este Congresso, no plano da unidade tem, também, um grande significado, que não é menor no plano político».

Quanto a esta questão, Carvalho da Silva acentuou o facto de o País se encontrar numa fase da vida nacional «em que se desenvolve uma forte investida das forças conservadoras e fascistas, no sentido de destruir o 25 de Abril e o próprio regime democrático e em que os trabalhadores, os demo-

vidas do nosso País, nos próximos anos: as eleições para a Assembleia da República, com poderes constituintes».

Naturalmente que a realização do III Congresso se terá que inserir dentro dos parâmetros referidos. Todavia, ele não será só isto e reflectirá mais do que estas preocupações políticas.

«O Congresso será resultante — salientou aquele membro da CNOC — da actividade desenvolvida, reflectirá os avanços verificados no desenvolvimento da unidade e da organização e na capacidade de luta dos trabalhadores e

Sindical em condições de tomar realidade os grandes objectivos colocados, à partida, para este Congresso».

Esta resposta francamente positiva dos trabalhadores na preparação do Congresso tem um significado político-sindical bem claro, não só para os dirigentes da CGTP-IN, como para todas as forças vivas da sociedade portuguesa. Isso mesmo constatou, também, Carvalho da Silva que acrescentou: «Os nossos inimigos também sentem o peso das posições de classe que, com toda a consciência, são assumidas pelos trabalhadores portugueses».

«É importante constatar-se a grande participação das massas trabalhadoras na discussão dos documentos. Participaram na discussão das teses do Congresso centenas de milhares de trabalhadores.»

«Houve um esforço militante de todos os activistas de levar o Congresso a todos os trabalhadores; houve um esforço de organização, estudando problemas, promovendo discussões, com vista a encontrar as soluções necessárias. Houve, no fundo, um esclarecimento, uma análise e um debate que mostrou que o nosso Movimento Sindical é democrático, participado e tem um funcionamento que permite uma ligação permanente dos trabalhadores, com todos os níveis da sua estrutura.»

Um Congresso aberto a todos os sindicatos

Esta grande realização do Movimento Sindical Português designa-se, como é sabido, por III Congresso da CGTP-IN (Aberto a Todos os Sindicatos). Essa designação, como claramente sublinhou Carvalho da Silva, «confirma e reafirma a prática do MSU de abrir as suas portas, toda a sua estrutura, a todos os sindicatos, desde que estes sejam reconhecidos pelos trabalhadores, nascem da sua vontade expressa e tenham uma estrutura assente nessa mesma vontade.»

Salientar a importância que a CGTP-IN confere à unidade de todos os trabalhadores será estultícia. O que importará referir é que o MSU cada vez mais se reforça, fruto desta prática e da aceitação que ela encontra no seio dos trabalhadores.

Balanco da actividade 77/80

Certamente que um balanço da actividade sindical entre congressos não poderia ser descuidado. Foi sobre esse período que, em breve análise, se pronunciou o dirigente da CGTP-IN.

«É bom referir que nestes nossos três anos de actividade o salto qualitativo e quantitativo do MSU foi muito grande.»

«No plano do alargamento da representatividade, a Confederação cresceu significativamente. Tem, hoje, mais 35 sindicatos do que tinha em 1977, representa muitos mais trabalhadores e desenvolveu-se, profundamente, a consciência sobre a importância da unidade da classe operária e de todos os trabalhadores.»

«Por outro lado, é bem visível o aumento da participação dos trabalhadores em todas as actividades da sua Central: discussão dos problemas específicos a todos os níveis da estrutura, discussão das linhas de acção do Movimento Sindical e sua aplicação, manifestações na luta por melhores condições económicas e sociais, paralisações, greves, actuações de protesto contra a política contrária aos seus interesses e, ainda, em iniciativas públicas da Central.»

«É de salientar, ainda, a evolução da organização, apesar de ainda insuficiente, e o desenvolvimento da consciência de classe dos trabalhadores. Nós podemos dizer que, em qualquer canto do País, os trabalhadores recebem abertamente e com grande confiança — mesmo em zonas onde se faz sentir o caquiquismo e onde os direitos e liberdades são repetidamente atropelados — as posições e as orientações da CGTP-Intersindical Nacional.»

«Por outro lado — sublinhou Carvalho da Silva — este Congresso tem que ser, e vai ser com certeza, um Congresso de reafirmação da CGTP-IN quer no plano nacional, quer no plano internacional, como verdadeira e única organização máxima dos trabalhadores portugueses.»

MSU força aglutinadora contra regresso ao passado

Mas a resposta massiva na preparação do Con-

gresso tem, ainda, um outro significado muito importante, se considerarmos a actual situação política no nosso País.

«Todos nós sentimos que a barreira capaz de se opor, com êxito, àqueles que pretendem o regresso ao passado, tem que ser feita através de movimentações de massas, do movimento popular, interpretando e desenvolvendo os sentimentos do povo português, cumprindo o 25 de Abril.»

«O Movimento Sindical e a sua Confederação histórica, a CGTP-IN, mercês das suas características, dos princípios correctos por que se orienta e da sua dinâmica, é a força mais dimensionada e mais forte dessa movimentação de massas e é, simultaneamente, uma força aglutinadora importante, para conduzir correctamente o movimento de massas contra os saudosistas do passado.»

Propostas de alteração foram contributo positivo

Pedimos a Carvalho da Silva que, na sua qualidade de membro da CNOC, nos expusesse, em breve resumo, o que se discutiu, o que se analisou e o que foi alterado, no decurso dos trabalhos preparatórios do Congresso.

Aquele dirigente sindical começou por nos afirmar que «o conjunto dos projectos de documentos foram elaborados tendo em atenção a investigação da evolução destes três últimos anos, só por si bastante significativa.»

«Os documentos continuam, por isso mesmo, uma certa dimensão, o que facilitou a discussão e o aprofundar da análise desses documentos. Agora, com as alterações já introduzidas, a CNOC, e o Secretariado da CGTP-IN, na análise exaustiva que fizeram aos documentos, constatarem que a esmagadora maioria dos contributos apresentados, eram contributos positivos e úteis.»

Na realidade foi isso que

se passou, quer em relação aos Estatutos quer em relação ao Caderno Reivindicativo e, mesmo, no que concerne ao Programa de Acção. A CNOC conseguiu introduzir nestes documentos a esmagadora maioria das propostas de alteração o que, no parecer, daquela Comissão Nacional Organizadora do Congresso, veio melhorar, consideravelmente, os documentos iniciais.

Carvalho da Silva salienta, ainda, que não se verificaram casos de pontos polémicos nas alterações propostas.

«Há — reconheceu o dirigente da CGTP-IN — pontos de análise, mais ou menos profundos, pode haver ainda algumas naturais divergências mas, fundamentalmente, existe um sentimento generalizado de aprofundar os documentos no sentido de encontrar respostas para as preocupações dos trabalhadores e do seu Movimento Sindical.»

Objectivos imediatos do III Congresso

O camarada Carvalho da Silva referiu-se depois, resumidamente aos principais objectivos imediatos que se pretendem atingir com a realização do III Congresso. Disse-nos aquele elemento da Comissão Executiva do Secretariado da CGTP-IN:

«Nós pensamos que, deste Congresso, para além das linhas de orientação geral, já colocadas e por que nos teremos que reger nos próximos três anos, irão sair algumas resoluções imediatas bem definidas e de grande importância.»

«Uma delas será, com certeza, sobre a necessidade de incrementar o desenvolvimento de acções de massas, pela defesa do regime democrático, pela defesa do 25 de Abril, pela defesa das liberdades, da Reforma Agrária e das Nacionalizações, e contra a ofensiva reacçãoária; uma outra poderá ser voltada para a obtenção das justas reivindicações dos

trabalhadores, não só no plano salarial, mas também no que se refere, em geral, às condições de vida, trabalho e direitos de intervenção na sociedade e, por certo, também serão colocadas algumas prioridades que permitam o alargamento da influência e implantação do Movimento Sindical e da sua unidade».

Difamação e intriga de alguns órgãos de Comunicação Social

O III Congresso da CGTP-IN é, já, uma grande realidade. Todavia, nem tudo foi fácil. Houve que resolver algumas contrariedades e torear outras dificuldades. Disso nós dá conta o camarada Carvalho da Silva.

«Podemos dizer que não houve dificuldades de fundo quanto à preparação do Congresso. As maiores dificuldades que nos surgi-

ram são resultantes de nos termos tido um grande crescimento, de sermos um Movimento Sindical de grande dimensão e relativamente jovem, a dificuldade de, apesar de dispormos de milhares de quadros sindicais, não termos ainda com formação suficiente, o número que permita dar uma resposta cabal a todo este trabalho.

«Na preparação do Congresso desenvolvemos um grande esforço no campo da informação, editámos centenas de milhares de documentos, cartazes, brochuras diversas, panfletos, e utilizámos o melhor possível a imprensa sindical.

«Fornecemos todos os documentos aos órgãos de Comunicação Social e chamámos a atenção para os grandes problemas em discussão, problemas que interessam a uma grande parte da população do nosso País.

«Todavia, a desinforma-

ção à volta do Congresso foi feita por uma parte significativa dos órgãos da Comunicação Social que, em contrapartida se lançaram numa campanha difamatória e de intriga, alimentando falsos problemas e ignorando a realidade que foi a preparação do III Congresso da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses».

Delegações estrangeiras pela primeira vez num congresso da CGTP-IN

Este êxito que já é o III Congresso da CGTP-IN, toma-se ainda maior se acrescentarmos que nele participaram mais de meia centena de delegações estrangeiras. Do significado e da magnitude dessa presença internacionalista, nos dá conta Carvalho da Silva.

«A presença de mais de meia centena de delega-

ções estrangeiras e internacionais, de vários continentes, que proseguem orientações político-sindicais diversas, constituirá, igualmente, uma prova do prestígio internacional da CGTP-IN e contribuirá para o desmascaramento dos detractores das nossas relações internacionais.

«Esta presença — disse a concluir esta entrevista o camarada Carvalho da Silva — será também um importante contributo para um dos grandes objectivos do Congresso: a reafirmação da CGTP-IN como a Central única e verdadeiramente representativa dos trabalhadores portugueses. Ela será, também, testemunho do reconhecimento, por parte da CGTP-IN, do papel determinante da luta de classes na evolução histórica da humanidade e da solidariedade de interesses, existentes entre os trabalhadores de todo o mundo».

LISTA DOS SINDICATOS INSCRITOS NO III CONGRESSO DA CGTP-IN ATÉ 29 DE FEVEREIRO

DISTRITO	DESIGNAÇÃO DO SINDICATO	DISTRITO	DESIGNAÇÃO DO SINDICATO
AVEIRO	Calçado, Chapéus, Corticeiros, Gráficos, Metalúrgicos, Tapeleiros, Vestuário, Celulose, Hotelaria, Lactínico, Mineiros, Panificação.	PORTALEGRE	Agrícolas, Metalúrgicos, Corticeiros
BEJA	Comércio, Mineiros, Agrícolas, Rodoviaros.	PORTO	Ligadores, Transportes Colectivos, Agrícolas, Armazéns, Barbeiros, Calçado, C. Civil, Ind. Eléctricas, Função Pública, Garagens, Hotelaria, Madeiras, Metalúrgicos, Panificação, Paramédicos, Químicos, Têxteis, Tapeleiros, Cerâmica, Comércio, Conservas, Ferrovias, Gráficos, Lanfícios, Pescadores (Povoas do Varzim), Rodoviaros, Vestuário, Carnes, Celulose, Al. Farmácia, Guarda Sola, Maquinistas Práticos, Pescadores (Vila do Conde), Pescadores Aluad, Tanoeiros, Curtumes, Relojoaria, Telefonistas, Serv. Municipalizados, Pescadores (Matosinhos), Treinadores de Futebol, Saúde e S. Social.
BRAGA	Comércio, Têxtil, Vestuário, Rodoviaros, Hotelaria, Construção Civil, Agrícolas, Metalúrgicos, Serrações, Calçado, Garagens, Gráficos, Marceneiros.	SANTARÉM	Agrícolas, Curtumes, Metalúrgicos, Rodoviaros, Ind. Alimentar, Celulose, Comércio, Construção Civil.
BRAGANÇA	Agrícolas, Metalúrgicos, Rodoviaros.	SETÚBAL	Carnes, Comércio, C. Civil, Corticeiros, Químicos, Rodoviaros, Metalúrgicos, Ferrovias, Cerâmica, Conservas, Agrícolas, Pescadores, Estivadores.
C. BRANCO	Lanfícios, Construção Civil, Metalúrgicos, Comércio, Agrícolas, Panificação.	VIANA CASTELO	Cerâmica, Escritórios, Hotelaria, Metalúrgicos, Rodoviaros, Pescadores, Madeiras, Panificação, Construção Civil.
COIMBRA	Cerâmica, Comércio, Construção Civil, Electricistas, Escritórios, Gráficos, Metalúrgicos, Têxteis, Rodoviaros, Função Pública, Hotelaria, Ferrovias, Agrícolas, Farpal, Enfermeiros, Trab. Judiciais	VILA REAL	Rodoviaros, C. Civil.
ÉVORA	Comércio, Metalúrgicos, Agrícolas, Construção Civil, Rodoviaros	VISEU	Hotelaria, Agrícolas, Madeiras, Metalúrgicos, Const. Civil e Rodoviaros.
FARO	Conservas, Pescadores, Construção Civil, Escritórios, Metalúrgicos, Hotelaria, Rodoviaros, Corticeiros, Agrícolas	ANGRA HEROÍSMO	Alimentação, Ind. Transformadoras, Transportes
GUARDA	Lanfícios, Metalúrgicos, Rodoviaros	HORTA	Alimentação, Construção Civil, Escritórios e Comércio, Pescadores, Transportes.
LEIRIA	Comércio, Construção Civil, Metalurgia, Vidreiros, Cerâmica, Pescadores, Agrícolas, Conservas, Madeiras, Motoristas Marítimos	PONTA DELGADA	Transportes e Turismo, Ind. Transformadora, Agricultura e Professores.
LISBOA	Adm. Juntas Paroquiais, Agrícolas, Bebidas, CML, Celulose, Cerâmica, Cobradoras, Comércio, Hidratos de Carbono, Aduaneiros, Serviço Doméstico, Espectáculos, Ind. C. Farmacéutica, Ferrovias, Função Pública, Garagens, Gráficos, Hotelaria, Metalurgia, Miúdos, Químicos, Telecomunicações, Têxteis, Têxtil, Trasp. Fluviais, Rodoviaros, C. Civil, Apacariros, Calçado, Carnes, Ind. Eléctricas, Pescadores, Professores, Psicológicos, Tabacos, Técnicos Desenho, Imprensa, Enfermeiros, Portaria e Vigilância, Maquinistas Práticos, Carnes e Telecomunicações, SINTEL, Telefonistas, Activ. Cinematográficas, Marinheiros Mercantes, Maquinistas M. Público, Construtores Civis, Capilares e Of. Pilotos, Barbeiros, Marinheiros Mercantes, Prófesse Dentária, Al. Farmácia, Lactínico.	FUNCHAL	Agrícolas, Bordados, Enfermagem, Escritórios, Hotelaria, Metalúrgicos, Panificação, Vestuário, Barbeiros, Conservas.

NOTA: Os Sindicatos dos Bancários do Centro, o STAL, Médicos do Sul, Farmacêuticos, Prod. e Transf. de Energia do Funchal solicitarão a sua participação a título de observadores.



VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS EM PORTUGAL?

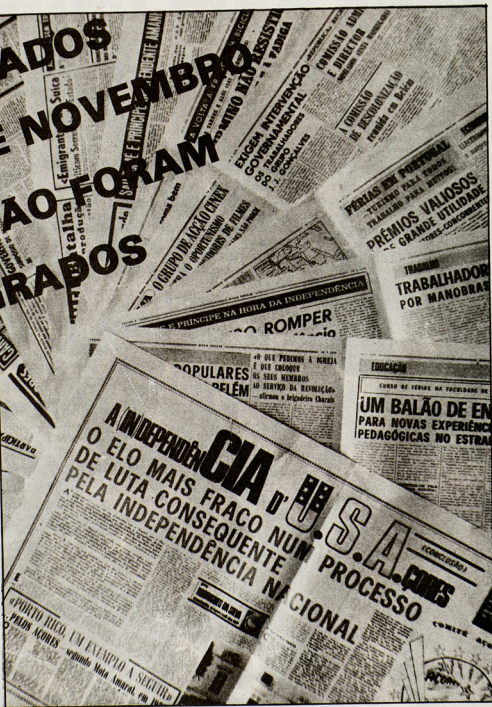
AMNISTIADOS DO 25 DE NOVEMBRO AINDA NÃO FORAM REINTEGRADOS

Os trabalhadores da RDP e RTP cujo despedimento está conexado com os acontecimentos do 25 de Novembro apresentaram-se ao serviço.

As Comissões Administrativas daqueles dois importantes órgãos da Comunicação Social estatizada remeteram: no caso da RDP a questão para um parecer da Procuradoria-Geral da República; no caso da RTP, para o resultado de um processo em que é ré a própria RTP de uma acção movida em 1977 pelos trabalhadores. Trata-se, assim de resistir à aplicação da lei ou de adiar a sua aplicação.

Apesar deste comportamento pouco dignificante da Administração em relação aos conflito em que está envolvida com estes particulares, os amnistiados registaram, nos últimos três meses, inúmeras acções de apoio e solidariedade. Basta relembrar entre outras que:

- a Comissão de Luta dos Trabalhadores Amnistiados foi recebida pelo PCP, PS, UDP e PPM na



Assembleia da República;

- O CI para a RDP aprovou por unanimidade (votos do PCP, PS, PSD e CDS) uma deliberação no sentido de ser aplicada a Lei, aos trabalhadores despedidos, tendo em conta que o seu afastamento pode

interferir com o pluralismo da informação produzida pela RDP;

- O CIVRTP solicitou esclarecimento à CA da RTP sobre a aplicação da Lei;

- A Assembleia Geral dos Trabalhadores da RDP (Lisboa, Porto, Coimbra, Faro, Açores e Madeira)

votou, **sem oposição**, a reintegração imediata dos 13 amnistiados da RDP;

- o Conselho de Imprensa pediu a rápida clarificação da integração dos jornalistas da RTP;

- diversos sindicatos representativos dos amnistiados (Jornalis-

tas, Telecomunicações, Actividades Cinematográficas, Músicos, Trabalhadores dos Espectáculos, Rodoviários, Metalúrgicos) tomaram posição pública favorável à reintegração imediata.

O mais espantoso e, que, como constatamos, nenhuma das grandes forças políticas portuguesas recusou apoio à questão dos amnistiados, a maior parte delas foi bastante sensível a esta escandalosa situação em que se encontram dezenas de trabalhadores da Informação, inclusivamente os

Conselhos de Informação — constitucionalmente competentes no zelar pelo pluralismo ideológico dos órgãos de Comunicação Social estatizado — não se esquivaram ao problema e enviaram esforços visando a rápida solução do mesmo. No entanto, a reintegração tarda, apesar da opinião pública mostrar uma cada vez maior preocupação e a imprensa falada e escrita voltou frequentemente ao assunto.

Acreditamos que o proterlar da solução deste caso em nada contribui para a dignificação da Administração, a qual deve

orientar-se pelo princípio da legalidade, a única forma de respeitar os interesses dos particulares, sob pena de resvalar para o incontornável autoritarismo capaz de submeter a colectividade a todo o tipo de arbitrariedades... O Estado do Direito criado na sequência da Revolução de Abril deve manter a sua dignidade e resolver pronta e justamente os conflitos com os particulares e não protelá-los indefinidamente.

A manter-se a situação dos 36 amnistiados, cuja reintegração vem sendo adiada, o Portugal depois

de Abril inscrever-se-ia certamente no rol dos países que violam os direitos humanos, não garantindo a aplicação de princípios constitucionalmente consagrados atinentes a «Direitos e Deveres Fundamentais», nomeadamente o princípio da igualdade: — «ninguém pode ser prejudicado em razão de convicções políticas ou ideológicas» (art. 13.º da CRP de 1976; art. 1.º, 2.º e 7.º da Declaração Universal dos Direitos do Homem de 10 de Dezembro de 1948 e publicada no «Diário da República, 1.ª série a 9 de Março de 1978).

LEI DA AMNISTIA

Trinta e seis trabalhadores da RDP e da RTP no seguimento da publicação da Lei 74/79 de 23 de Novembro (Lei da Amnistia) apresentaram-se ao serviço e recuperaram as respectivas Comissões Administrativas a sua reintegração nas referidas empresas: wmais de três meses depois, continuam à espera que a Lei seja aplicada. Porque se mantém esta situação? Para respondermos a esta questão há que reflectir na evolução do processo, cujos elementos principais a seguir incluímos.

Despedidos em condições de claro rompimento com o quadro legal, aqueles traba-

lhadores viram na promulgação e publicação da Lei da Amnistia a garantia da reposição da Justiça que saíra diminuída após tamanhas arbitrariedades envolvidas sob o manto de profunda discriminação política e ideológica.

Relembramos que a Assembleia da República aprovou e o Presidente da República promulgou a Lei que a 23 de Novembro foi publicada no «Diário da República» com o n.º 74/79.

Tem interesse reler tal lei. Sob a epígrafe «Amnistia de infracções de natureza política» a lei contém apenas 4 artigos.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

LEI N.º 74/79

DE 23 DE NOVEMBRO AMNISTIA DE INFRAÇÕES DE NATUREZA POLÍTICA

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea f) do artigo 164.º da Constituição, o seguinte:

ARTIGO 1.º

1 — São amnistiadas as infracções criminais e disciplinares de natureza política, incluindo as sujeitas ao foro militar cometidas depois de 25 de Abril de 1974, nomeadamente as conexonadas com os actos insurreccionais de 11 de Março e de 25 de Novembro de 1975.

2 — São igualmente amnistiadas as infracções de deserção e ausência ilegítima cometidas em consequência dos actos abrangidos pelo número anterior.

3 — Para os efeitos do disposto nos números anteriores, consideram-se de natureza política as in-

fracções criminais referidas no artigo 39.º, § único, do Código de Processo Penal, na sua redacção originária, e as infracções disciplinares da mesma natureza.

4 — Os factos amnistiados pela presente lei não podem servir de fundamento à aplicação de qualquer sanção de carácter criminal, disciplinar ou estatutário.

ARTIGO 2.º

A presente amnistia não abrange:

- infracções cometidas com emprego de bombas ou outros engenhos explosivos;
- actos de coacção física ou moral sobre detidos.

ARTIGO 3.º

1 — A amnistia não extingue a responsabilidade civil para com entidades particulares emergentes dos factos praticados.

2 — Se os ofendidos houverem já deduzido pedido de atribuição de indemnização civil em processo crime podem, para efeito da fixação da mesma, requerer, no prazo de trinta dias, a contar da entrada em vigor da presente lei, o prosseguimento do processo.

ARTIGO 4.º

A presente lei entra imediatamente em vigor.

Aprovada em 24 de Abril de 1979.

O Presidente da Assembleia da República, *Teófilo Carvalho dos Santos*.

Promulgado em 9 de Novembro de 1979.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES. — O Primeiro-Ministro, *Maria de Lourdes Ruivo da Silva Matos Pintasilgo*.

conto

O MATA BICHO

Remos aos ombros, xalavar pendido da mão, o pescador solitário regressava da faina nocturna. Botifarras de grossa matéria aborachada encobriam-lhe as calças até às proximidades das virilhas. Boné de curta pala, de fazenda desbotada e remendada, encarrapitava-se no alto limite da sua estatura. Resto de um cigarro suspenso nas beíças ambientava de indiferença a sua fisionomia. Uma barba de muitos dias anulava parcialmente a palidez das faces. Todavia, para um observador perspicaz, o afiado punhal da tristeza retalhava-lhe a expressão, pondo manchas doloridas em cada gesto, em cada esgar. Arrastando

os passos, andar pesadão, as botas provocavam na calçada o arrepio de sons cavos e esturnos, tão característicos dos pescadores com pés de chumbo em botarronas de gigante. O velho lobo do mar enfiou pela Rua de Espanha, deserta aquela hora da pequena manhã, que se preparava para receber o sol, daí a pouco furando a cabeça para os lados do nascente. Vergado ao peso dos anos, mais que do cansaço e do peso dos apetrechos da pesca, o homem caminhava largas passadas, pesadas e calculada e forçada lentos. Ao janelco de uma porta a ele apareceu a cabecita, de cabelos desgrenhados, de uma criança.

Loiros cabelos que se assomavam do alto do minúsculo corpinho, ornamentando-lhe a nudez. Segurando-se aos rebordos do janelco, o mocinho reconheceu a figura do pescador. E sorriu-lhe, um largo sorriso avolumando o seu contentamento, arguendo a mão, em festa.

Um raio de alegria iluminou a encolhida face do velho, assentando, como luva, na sua pesada máscara. Polseu os remos na calçada. Acóchegou o xalavar aos remos. E fazendo uma carícia na face infantil, disse-lhe, com ares paternais:

— Val para dentro, Paquito. É ainda muito cedo para vires cá para fora, em camisolinha. Não tens frio, não tens?

A criança abriu-se num largo sorriso de contentamento.

— Olha o pirilau dele! Olha o pirilau dele! — chasqueou o velho homem, fazendo festas ao minúsculo sexo do pequenino.

Abrindo mais a porta, o mocito spanhou a chupeta caída por terra. Meteu-a na boca, voltando a segurar-se à porta, com certa dificuldade de movimentos.

— Tu não tens vergonha, Paquito? Não tens vergonha? Um homenzinho, como tu, e ainda com esse enganadeira na boca? Joga isso fora, homem!

O menino tornou a alargar ainda mais o seu sorriso, deixando cair outra vez a chupeta, sem fazer caso dela. Bateu palmas, todo ele contentamento. E caminhou na direcção do velho lobo do mar, de braços abertos, em precário equilíbrio.

O pescador segurou, com uma das mãos, o pequenino homem. Com a outra, tornou a brincar com o sexo do mocinho, que redobrava o riso, enquanto o sexo crescia, como que florindo véias:

— Olha o pirilau dele! Olha o pirilau dele, tão pequerrucho que é!

Mas o mocinho lançou os palitos dos braços ao pescoço do homem, prendendo-se a si. E o velho argueu-o, apertando-o nos seus braços, scarificando o coração cansado com esse peso de menino. E abalou direito à taberna mais próxima:

— Vamos lá matar o bicho, Paquito. Vamos lá matar o bicho.

A. VICENTE CAMPINAS



vam
o,
o
eu a
ho, o seu
ão,
a
ia
mos
avar
ricla
ares
É
para
na
argo
o
lho
o.
cito
erra.
Um
com
ega
nda
pair
ele
a
de
ma
com
ava
s,
que
lhos
em,
us
no.
NAS



VIVA O 8 DE MARÇO!

Há 121 anos que se comemora o 8 de Março como Dia Internacional da Mulher, sob proposta da revolucionária alemã Clara Zetkin, apresentada e aprovada na Conferência Internacional de Mulheres que reuniu em Copenhague, em 1910. Nesta data, em 1857, operárias costureiras nova-iorquinas organizaram a primeira greve de

mulheres de que há notícia; manifestaram-se pela redução da jornada de trabalho de 16 horas e pelo aumento de salários miseráveis. Resposta às suas reivindicações: a repressão, o espancamento, o fogo

posto à fábrica onde muitas se haviam refugiado e morreram, asfixiadas, carbonizadas...

Há 6 anos que comemoramos em Portugal o 8 de Março em Liberdade; nesta data se vem alertando, por todos os meios que Abril tornou possíveis, para a discriminação das mulheres, na família e na sociedade, e no trabalho e no lazer; há seis anos também que, nesta data, se vem fazendo o balanço das conquistas de Abril na frente de luta das mulheres, luta quotidiana cujos frutos importa, hoje mais que antes, preservar: porque os inimigos de Abril, dos trabalhadores, das mulheres, ameaçam mais do que nunca nestes 6 anos.

Que o 8 de Março de 1980, o 6.º depois de Abril, seja mais uma jornada de luta:

- Contra a exploração e opressão, que atingem as mulheres e as trabalhadoras, duplamente.
- Contra o desemprego e os despedimentos, que atingem as mulheres em grandes proporções.
- Contra o aumento explosivo dos preços e agravamento das condições de vida, que atingem sobretudo as mulheres, tradicionalmente responsabilizadas pela gestão do orçamento doméstico.
- Contra condições de



trabalho duras e deficientes, que incidem em sectores onde as mulheres constituem maioria: conservas, material eléctrico, têxteis.

- Pela solidariedade com as mulheres de todo o mundo, em luta pela libertação dos povos - de que a sua própria libertação é parte - que vivem sob regimes opressivos, sob regimes coloniais e neo-coloniais.
- Pelo desarmamento e pela paz, contra as novas armas mortíferas que põem em risco o futuro da

humanidade.

- Pela solidariedade com todas as mulheres, diariamente usadas e humilhadas.

- Pela unidade entre as mulheres na defesa de Abril, da Constituição que Abril trouxe e lhes garante a igualdade, de toda a legislação progressista decorrente da Lei Fundamental, nomeadamente as modificações do Código Civil, um novo Direito de Família, uma lei que proíbe a discriminação de sexos

no acesso aos postos de trabalho. Por todas estas conquistas, hoje

raivosamente acatadas pela direita reaccionária e revanchista que está representada no Governo e, com a maioria de mandatos, na Assembleia da República.



Comemorações do 8 de Março

Dia Internacional da Mulher

À semelhança do que tem sido prática nos anos anteriores, o dia 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, será assinalado pelo Movimento Sindical Unitário. Coincidindo com a realização do III Congresso da CGTP-IN, nem por isso o Movimento Sindical Unitário deixará de comemorar esta data, fazendo dela uma jornada de esclarecimento e mobilização das mulheres trabalhadoras em torno dos seus sindicatos. As uniões promovem as comemorações em cada distrito, de acordo com as condições existentes:

- Passagem de filmes, seguidos de debate.

- Debates ou colóquios, sobre os problemas das mulheres e a origem do 8 de Março.
- Elaboração dum documento sobre as reivindicações das mulheres, a entregar aos órgãos de poder local ou regional (ex. Delegação do Ministério do Trabalho, Assembleia Municipal, Câmara Municipal, etc.).
- Distribuição dum documento sobre a corrida aos armamentos, em defesa da paz e da democracia.
- Iniciativas nas empresas.
- Distribuição dum poema alusivo, nos locais de concentrações de mulheres (ex. mercados).



No interior das casas

O silêncio dos olhos
e mais nada...
Ou ainda, quem sabe...
lhes reste o tactear do vácuo
(do sítio vago)
onde estão fechadas...
Dentro de si próprias,
no interior das casas...

Em liberdade

Em liberdade
somos
nós mulheres o cimo
da raiz
o caule que
suporta
o peso do fruto e da flor
No ventre das mulheres
o sossego é fértil
em nós cresce o amor

Maria Teresa Horta
(Mulheres de Abril)



A GRANDE JORNADA DE 14 DE FEVEREIRO

QUANDO o povo trabalhador tem razão (e normalmente tem razão) ninguém pode espantar-se que ele desça (ou suba?) à rua, para manifestá-la. E se o fizer em massa, numa clara e expressiva unidade, fruto da consciência e do amadurecimento de classe explorada, ele possui uma força, um valor tal que poder algum político/governativo pode ou deve ignorar. A menos que faça como na história da avestruz...

A psicologia das multidões é uma força danada para os temores dos que se sentem culpados de injustiças cometidas, para os exploradores, feutores do mal-estar geral que leva, por vezes, a multidão a destruir fortalezas consideradas inexpugnáveis, Bastilhas de ontem e de hoje, Bastilhas de todos os tempos.

O povo trabalhador português tem vindo a apertar o cinto, cada vez com maior noção da injustiça que sobre ele praticam os representantes do grande capital, tanto nacional como estrangeiro. Mas, atenção, senhores exploradores e senhores governantes de vesgas e gananciosas mentalidades: — o povo vai despertando, a sério, da terrível noite de negridão em que o algemaram ao longo dos últimos decénios. E não acreditem que o povo deixará que o cinto, de tanto esticado a que o obrigam, para não mostrar a pobreza da sua miséria, venha a apertar-lhe o pescoço...



Para protestarem contra a congelção dos CT's das empresas estatizadas, contra o desenfreado aumento do custo de vida, contra os ferozes e programados ataques às conquistas de Abril, especialmente no que se refere às nacionalizações, gestão operária e Reforma Agrária, o Movimento Sindical Unitário convocou manifestações, com desfiles e greves, em diversas localidades do País, em 14 de Fevereiro passado.

Em Lisboa, era um mar de gente, concentrada na Praça do Chile, muito antes da hora marcada para o desfile até ao Ministério do Trabalho, na Praça de Londres. Não obstante ser um dia da semana e a uma hora pouco propícia para muitos milhares de trabalhadores habitando fora de

membro do Secretariado da CGTP-ILN.

Durou duas horas a marcha dos manifestantes, até ao lugar da concentração. E em mole compacta e em marcha apressada, encheram essa ampla praça, de tal modo que, ainda estavam chegando delegações de Setúbal e de outros lugares, já o orador tinha terminado de apresentar, frente ao Ministério do Trabalho (estaria vendo e escutando a multidão o respectivo ministro?) as razões dessa manifestação de protesto dos trabalhadores portugueses, contra a violência e a injustiça governamentais, que não respeitam os direitos dos que são a força de trabalho e de riqueza da nação, muitos dos quais só têm a perder o valor de seus braços e de seus cérebros...

Palavras de ordem mais gritadas

Essa manifestação foi o resultado de um processo de má vontade e de tentativa de recuperação capitalista e de anulação de acordos feitos entre os sindicatos e uma parte do patronato; foi, também, uma maneira de protestar contra a alta dos preços dos produtos de primeira (e até de segunda e de terceira...) necessidade,

Lisboa, a multidão estendia-se desde o Martim Moniz, compacta, demonstrando uma excelente resposta à chamada feita pelo seu Movimento Sindical.

Testemunho de grande interesse

Todavia, os nossos camaradas em serviço constatavam que, ainda a manifestação não se tinha posto em marcha, desde a Praça do Chile, já milhares de pessoas se concentravam na Praça de Londres, a fim de poderem conseguir lugar em condições que lhes permitissem escutar, sem problemas, as palavras de justificação e de protesto que iam ser proferidas por José Ernesto Cartaxo,



produtos cujos preços foram aumentados entre 20% e 30%, sem falar noutros cujo aumento foi muito maior. E se nos lembramos que o sr. Carneiro, como Primeiro-Ministro, prometeu, na apresentação do seu programa à Assembleia da República, que ia verificar-se uma mudança na actuação desse mesmo Governo, de forma a melhorar o nível de vida dos mais desprotegidos dos portugueses, pasma-se como é possível que uma personalidade política faça promessas eleitoralistas, como fez, e, uma vez no poleiro, isto é, no lugar (que é sempre transitório, não haja a menor dúvida, nem tenha ilusões do contrário o senhor Carneiro & Cia.) de chefe do Governo, aja de maneira que os membros da sua equipa, em cada ministério, tudo façam, e em velocidade quase atómica, para que a vida dos trabalhadores e das outras camadas desprotegidas da população seja cada vez mais difícil, obrigue as pessoas a sacrificarem, na alimentação e no mais, os filhos e elas próprias, para poderem ir sobrevivendo, em plano inclinado em direcção à fome e à miséria.

Por isso não espanta que os milhares de manifestantes, que desfilarão com bandeiras e panos com dizeres dos mais diversos protestos, fossem gritando, a plenos pulmões, palavras de ordem como estas:

«Cabaz do Carneiro, muita fome, pouco dinheiro»

«Mudança da AD, nos preços, já se vê»

«O custo de vida aumenta, o povo não aguenta»

«Avante, avante, com a Reforma Agrária»

«Reforma Agrária em frente, é pão para toda a gente»

«Carneiro e Amaral ao serviço do capital»

«Divisão sindical, só interessa ao capital»

«A luta continua, Carneiro para a rua», etc.

Um sério aviso aos exploradores

Essa grande manifestação, como outras importantes que se efectua-



MOCÃO

Depois de vários considerandos, foi apresentada e aprovada por unanimidade e aclamação, aos muitos milhares de manifestantes que enchem a Praça de Londres, a seguinte moção:

— Saudar a vitória dos trabalhadores e da sua central, a CGTP-INTERSINDICAL NACIONAL que, com a sua unidade e a sua luta, fizeram recuar este Governo do grande patronato, levando-o ao desbloqueamento de dezenas de convenções colectivas de trabalho.

— Denunciar e repudiar a política de aumento dos preços que faz pagar elevados custos e sacrificios aos trabalhadores e ao povo português, enquanto os capitalistas, agrários, grandes marchantes e especuladores são indemnizados, subsidiados, os seus lucros protegidos e aumentados.

— Reafirmar de forma clara a este Governo que o seu plano global de ataque e afrontamento aos interesses e direitos dos trabalhadores, à Democracia e às grandes conquistas da Revolução, está condenado ao fracasso.

ram no Porto, Guimarães, etc., é um dos primeiros e sérios avisos da classe operária, camponesa e administrativa, organizada no seu Movimento Sindical Unitário, através da CGTP-IN, contra a política de fome e de desemprego e de miséria a que a Aliança Carneiro/Amaral, há pouco mais de um mês na posse das rédeas da (des)governação do País, tem estado melancolicamente, com a ferocidade natural de classe exploradora, a pôr em prática. Política que abre as portas ao capitalismo nacional e internacional e tem como imediatas consequências tomar os ricos mais ricos e os pobres ainda mais pobres.

Mas a força real da classe trabalhadora, quando devidamente unida e decidida, não tem diques legais que a possam sustentar. Ela é, na realidade, invencível. Amstras do que é e do que vale ficaram bem expressas nessa imponente manifestação da Praça de Londres, em Lisboa, e na maior praça do Porto, reforçadas por paralisações em numerosos lugares de trabalho, como as greves no sector público, nas empresas nacionalizadas, cujos contratos não foram incluídos no descongelamento de última hora verificados com os contratos dos outros sectores em luta.

Nos distritos de Portalegre, Évora e Beja também os trabalhadores paralisaram nesse dia, como protesto contra o aumento do custo de vida, a criminoso entrega de terras, máquinas e gados aos latifundiários.

Na imensa Praça de Londres, onde se ergue o imponente edifício do Ministério do Trabalho, local da concentração das forças populares que até lá desfilarão, falaram, além do dirigente da CGTP-IN, José Ernesto Cartaxo, outros camaradas sindicalistas, que apresentaram moções, que foram escutadas por muitas dezenas de milhares de pessoas, mas não ouvidas por outras muitas dezenas de milhares de manifestantes, que, por força da ordem de incorporação na manifestação, só chegaram ao local da concentração final quando muitos milhares de outros participantes já regressavam para suas casas.

Foram aprovadas moções, com o maior entusiasmo e aclamação, nas quais foram, depois dos considerandos, exigidas ao Governo medidas de desbloqueamento dos contratos em suspenso, medidas contra o aumento do custo de vida, devolução aos trabalhadores da Reforma Agrária do gado, das máquinas e das terras que têm vindo a ser-lhes usurpadas pela fome e pela injusta actuação do Governo, etc.

Noutro lugar publicamos, embora parcialmente, por falta de espaço, extractos das moções apresentadas pela CGTP-IN e aprovadas com o maior entusiasmo.



O PACOTE DAS 15 MEDIDAS

Depois do «pacote dos preços» que se traduziu por uma subida espectacular nos preços dos produtos e serviços de primeira necessidade, o Governo PPD/CDS acabou por produzir um novo pacote constituído por «15 medidas». E com a desfaçatez e falta de vergonha que tem caracterizado a sua actuação, procurou apresentar esse pacote como antifinancista, que, no dizer do sr. Cavaco e Silva, ministro das Finanças, e do sr. Carneiro, chefe de fila deste Governo do grande patronato, provocará até uma diminuição de preços.

Mas os trabalhadores portugueses já sabem bem o que significam as palavras «baixa de preços» na boca de tais senhores. No entanto é importante conhecer com um mínimo de pormenor essas quinze medidas, até porque as consequências de muitas delas serão graves para os trabalhadores e só se farão sentir no futuro, embora próximo.

Revalorização do escudo em 6%

Esta é a medida do pacote mais utilizada pelo Governo da CIP, CAP e CCP para manipular a opinião pública. Os seus defensores procuram insinuar que ela é prova de que a situação do País está a melhorar. Não chegou Cavaco e Silva, ministro das Finanças deste Governo da mentira, a dizer aos órgãos de Informação que «os preços iam baixar»?

No entanto, quais serão as consequências práticas desta medida, nomeadamente para os trabalhadores?

Em primeiro lugar interessa saber claramente o que significa revalorização do escudo em 6%.

Um exemplo, embora imaginado, tornará tudo isto mais claro.

Suponha-se que um emigrante ou um exportador português tinha na sua mão, como resultado do seu trabalho ou da venda de um produto para o estrangeiro, 50 000 dólares.

Antes da revalorização do escudo se ele trocasse aqueles dólares num banco português, receberia 2.500 contos em moeda portuguesa; depois da revalorização do escudo em 6% ele receberá apenas 2.350 contos, perdendo portanto 150 contos.

É evidente que os nossos emigrantes e os exportadores portugueses perderão muitas centenas de milhar de contos com a revalorização do escudo.

Igualmente, admita-se que uma empresa portuguesa oferecia os seus produtos no mercado internacional a um preço inferior em 5% a um concorrente estrangeiro. Com a revalorização do escudo em 6%, os preços da empresa portuguesa ficarão superiores aos do concorrente do outro país e ele, naturalmente, perderá o cliente.

Em resumo, e segundo este ângulo, terão elevados prejuízos os emigrantes e os exportadores portugueses. Receberão menos dinheiro em escudos ou menos encomendas, o que não deixará de contribuir para

agravar a situação económica do País.

Diz-se que os produtos importados ficarão mais baratos. É um facto. Mas a questão que se coloca é esta: — Mas ficarão mais baratos para os consumidores portugueses? E a resposta é um rotundo não. Inevitavelmente o que irá acontecer em muitos casos é que a diminuição do preço só servirá para aumentar, ainda mais, os elevados lucros dos intermediários-exportadores. Recorde-se o exemplo do café. O preço do café está a baixar no mercado internacional. Mas a revalorização do escudo ele baixou ainda mais para o importador português. E o Governo da CIP, CAP e CCP aumentou o preço da «bica» para 9\$00. Eis, de uma forma concreta, como este Governo ajuda o patronato.

Em resumo, os trabalhadores não poderão esperar qualquer melhoria na sua situação, como resultado desta medida do Governo.

Contenção das despesas com a saúde, Educação e Habitação

Uma das medidas constantes também daquele pacote é a seguinte: — as despesas do Estado com a Saúde, Educação, Segurança Social, Habitação e Transportes «não poderão exceder, em termos reais, o montante dos respectivos orçamentos de 1979».

O primeiro aspecto que interessa logo começar por referir, é que as despesas previstas no início de 1979 para aqueles serviços e que eram as que constavam do orçamento, não foram suficientes para fazer face às despesas com aqueles serviços. E isto simplesmente porque eram insuficientes. E este Governo diz que as deste ano poderão exceder as previstas no início de 1979 acrescidas apenas das percentagens que o Governo afirma que os preços subirão em

que se registará.

É evidente que esta medida deteriorará ainda uma maior deterioração de serviços fundamentais para toda a população, como são a Saúde, Educação, Segurança Social, etc..

Medidas contra os trabalhadores da Função Pública

O último pacote deste Governo do PPD/CDS/PPM contém medidas extremamente graves para os trabalhadores da Função Pública. É em primeiro lugar a ameaça que atinge, a partir de agora, os tarefeiros e trabalhadores eventuais de serem despedidos.

Depois a possibilidade de transferir trabalhadores de um departamento para outro e mesmo de uma região para outra, sem acautelar os legítimos interesses dos trabalhadores.

Diminuição dos subsídios às empresas públicas

Em primeiro lugar interessa dizer que não é tecnicamente correcto falar



E DIDAS

em subsídios a empresas públicas, em particular em relação àquelas, que devido à sua função social, são obrigadas a vender os seus serviços à população a um preço inferior ao seu custo ex. transportes colectivos de passageiros. Mais correcto será chamar indemnizações compensatórias.

Portanto, o Governo do PPD/CDS acabou de anunciar que as indemnizações não poderão exceder em 1980 as de 1979. E isto quando as do ano passado não tinham sido inferiores às de 1978. No entanto, os custos suportados por estas empresas não têm parado de aumentar. Por exemplo, só em 1980, o preço do gasóleo, combustível com muito peso nas empresas de transportes, aumentou 34,5%.

Assim, aquela medida do Governo do grande patronato, de duas, terá pelo menos uma consequência: - trazer problemas financeiros para essas empresas, os quais se poderão traduzir na impossibilidade de pagar os próprios salários, ou no aumento brutal dos preços dos serviços ou produtos que vendem.

Tecto salarial encapotado

Uma das medidas também constante do último pacote aprovado pelo Governo PPD/CDS é a exigência dos sindicatos apresentarem fundamentações económicas que não provem, apenas, que os aumentos salariais são comportáveis pelo sector, como também que essas subidas de salários não são «susceptíveis de comprometer o objectivo de reduzir o ritmo de crescimento de preços» (sic). Se o Governo chegar à conclusão, que o aumento salarial é exagerado, não publicará o novo CCT, mesmo que este tenha o acordo do patronato.

É evidente que esta é uma maneira de introduzir, encapotadamente, o famigerado tecto salarial que a luta dos trabalhadores levou à sua abolição, e é também uma forma de provocar ainda maiores atrasos na publicação dos novos CCT.

Congelamento dos salários dos trabalhadores das empresas públicas

Uma das medidas constantes no pacote publicado pelo Governo do

grande patronato, estipula que não poderá haver revisões salariais ou melhoramento de cláusulas com expressão pecuniária naquelas empresas se simultaneamente forem respeitadas as seguintes condições: 1 - que tais aumentos se «revelarem comportáveis pela situação económico-financeira»; 2 - que tais subidas de salários «sejam consentâneas com o objectivo prioritário de reduzir o ritmo de crescimento dos preços».

É evidente que tudo isto, a ser respeitado, traduzir-se-á no congelamento indefinido dos salários dos trabalhadores de muitas daquelas empresas.

Mais despedimentos

Baseando-se no falso pretexto que o absentismo é muito elevado entre os trabalhadores, o Governo da CIP, CAP E CCP pretende liberalizar ainda mais os despedimentos e restringir o regime de faltas.

Nada melhorará

É evidente que o pacote das 15 medidas, tão apregoadas pelo Governo, não vai ter quaisquer reflexos positivos sobre a situação económica portuguesa. O que vai suceder, certamente, é o agravamento vertiginoso de certos aspectos da realidade económica e social do País já referida anteriormente.

Um Governo sem vergonha

Numa altura em que este Governo do grande patronato diminui drasticamente o já baixo nível de vida dos trabalhadores portugueses e de outras camadas desfavorecidas da população, este mesmo Governo tem a pouca vergonha de aumentar os seus vencimentos, que já ultrapassam os 50 contos por mês, em cerca de 27 contos.

Assim, de acordo com um decreto-lei aprovado com rapidez pelo Conselho de Ministros, este atribuiu aos seus membros que tenham residência fora de Lisboa, 900 escudos por dia, ou seja mais do que receberam de aumento muitas centenas de milhares de reformados. Esta medida do Governo PPD/CDS é um autêntico roubo aos cofres públicos e uma falta de respeito pela maioria do nosso povo.

Só a luta

Só a luta organizada e firme dos trabalhadores poderá fazer recuar este Governo na sua política antipovo e antinacional. A prová-lo está a importante vitória dos trabalhadores obtida sobre este Governo de direita no campo da contratação colectiva. Em poucos dias, com o apoio activo dos trabalhadores, a CGTP-IN obrigou o Governo a publicar CCT que antes congelara.



Um voto consciente numa política reaccionária

O GOVERNO DA "MUDANÇA" E OS

O Secretariado da CGTP-IN tem acompanhado e denunciado os processos que apontam para despedimentos colectivos na STANDARD ELÉCTRICA e na PLESSEY AUTOMÁTICA ELÉCTRICA PORTUGUESA, no contexto duma acção concertada entre «o Governo da CIP, CAP, CCP e multinacionais» e os interesses do patronato nas empresas.

«O Secretariado tomou posição quanto ao problema do despedimento colectivo na STANDARD ELÉCTRICA, logo que ele se colocou em 1978, e considera decisiva a luta dos trabalhadores da empresa, bem como a solidariedade dos outros trabalhadores, interna e internacional, na travagem desse processo.

Não nos surpreende que a administração da S.E. tenha aproveitado a oportunidade aberta pela existência dum Governo de direita para retomar a tentativa de despedimento, agora de 248 trabalhadores; esta atitude reflecte a confiança das multinacionais no Governo PPD/CDS e, ao

Que futuro para a Plessey Automática?



A CENTREL (1) acaba de adquirir o activo e o passivo da PLESSEY, considerada em falência técnica, pelo valor simbólico de uma libra estrelina, e receberá um subsídio estatal de 300 000 contos para a sua viabilização. Os trabalhadores encontram-se perante uma situação aparentemente diferente da anterior quanto a despedimentos: de facto, fala-se agora num projecto de suspensões subsidiadas, ditas temporárias, a pretexto de uma «racionalização de efectivos aos níveis europeus».

A multinacional PLESSEY, de capitais ingleses, instalou-se em Portugal há mais de 30 anos, produzindo equipamentos de telecomunicações. Nas fábricas de Cabo Ruivo e Corroios (Princesa) laboram cerca de 3500 trabalhadores (75% mulheres).

Em Novembro passado, estava ali em perspectiva o encerramento, ou o des-

pedimento de mais de 1000 trabalhadores: era uma das condições postas pela PLESSEY ao Governo Pintasilgo, que solicitara uma proposta de viabilização da empresa, por não aceitar o encerramento.

A situação económico-financeira era efectivamente difícil, em consequência da gestão desastrosa que se tem verificado (passivo de perto de meio milhão de contos, entre devidas à Banca, aos CTT/TLP e credores vários, além das devidas à Previdência e ao Fundo de Desemprego; dados existentes no rúbrico da transacção) e os trabalhadores continuam reivindicando o pagamento do 13.º mês referente ao ano transacto.

Neste momento os ORT's observam atentamente a posição da nova entidade patronal e não desistirão de argumentar a favor da viabilidade dos 3500 postos de trabalho, na base do fabrico de

novos produtos; além disso, os ORT's consideram que, com uma política nacional de telecomunicações correcta, bem definida, a empresa seria viável, mesmo na base da sua produção tradicional, não só orientada para as necessidades do País, mas tendo em vista os mercados abertos pelos novos países africanos que oferecem um campo de expansão privilegiado.

Francisco Ventura e Oliveira Martins, membros da CT e da Comissão Inter-sindical da PLESSEY, que

nos fizeram o ponto da situação da empresa, dar-nos-iam conta, por fim, das preocupações com que os trabalhadores encaram o futuro, considerando a política do actual Governo, pelo que colocam sérias reservas ao Plano CENTREL, particularmente quanto à garantia dos postos de trabalho.

(1) - Empresa com 70% de capital privado, nacional, cujo principal accionista é simultaneamente presidente da ANIMEE (Associação Nacional dos Industriais de Material Eléctrico e Electrónico).

Standard Eléctrica: manobra política da ITT

Os trabalhadores da STANDARD ELÉCTRICA (ITT) - Divisão de Semicondutores, estão pela terceira vez ameaçados de despedimento (248 postos de trabalho em causa, (1)), processo que se arrasta desde 1978 (Governo Mota Pinto) e conheceu fases diversas. A actual teve início após a tomada de posse do Governo AD - Carneiro/Amaral. Trata-se duma manobra do grande capital, no quadro das tentativas de ingerência do imperialismo na política interna dos países.

Já em 1974/75 o grupo ITT sabotara o quanto pudera: boicotou

fornecimentos e compras, o que obrigou, desde então, à procura de novos mercados e clientes; isto após um primeiro despedimento colectivo, anárquico, justamente na Divisão de Semicondutores, donde resultou um excesso de trabalhadoras indirectos, proporcionalmente aos da linha de produção; era a instauração do desequilíbrio. Mas as tentativas de ingerência continuaram, por diversos meios.

O fundamento da entidade patronal para os despedimentos é, na fase em curso, a «rapidez da evolução tecnológica», inevitavelmente reductora da

OS DESPEDITAMENTOS COLECTIVOS

mesmo tempo, afirma as pretensões das multinacionais. Para esta luta sair vitoriosa, é necessário que, mais uma vez, se desenvolvam acções de luta e, simultaneamente, solidariedade com os trabalhadores da S.E.

Em relação ao caso PLESSEY AUTOMÁTICA, a CGTP-IN e o Movimento Sindical Unitário veio a acompanhar a situação e a dar o apoio necessário para que o encerramento da empresa ou a sua reestruturação a partir do despedimento de mais de 1000 trabalhadores se não concretizassem e consideramos que, embora este processo seja de certa maneira diferente os objectivos de aproveitamento da situação política em diversos momentos têm sido idênticos.

Manifestamos a nossa solidariedade aos trabalhadores e estamos dispostos a participar nas acções decididas por estes e pelos sindicatos que os representam, no sentido de impedir a concretização destas ameaças» — palavras de Carlos Carvalho, Secretário Nacional da CGTP-IN.

mão-de-obra; tal alibi, porém, não colhe junto dos trabalhadores, que não vêm, no concreto da empresa, avanço tecnológico algum.

Por outro lado, quer o facto de se falar, ora na total inviabilidade da DS, aconselhando o seu encerramento, ora na rentabilidade mediante redução dos postos de trabalho; quer o facto de a própria justificação patronal para os despedimentos variar consoante o momento, só atestam a natureza política do processo, confirmada também numa análise atenta das pessoas ameaçadas: quase todos os membros de CTs e delegados sindicais até à data, têm constado das várias listas de excipientes.

Sem prejuízo de se considerar necessária uma reestruturação global da empresa, trata-se pois dum processo político.

Os ORTs da SE estão levando à prática as deliberações dum plenário efectuado em 30 de Janeiro último: — exigir ao Governo respeito pelas razões que provam a «falta de justificação dos despedimentos»; apelar à A.R., PR e ao CR, para a fiscalização de actos discionários do Governo; paralisar durante 30 minutos, em protesto contra a situação (esta paralisação, em 6 de Fevereiro, obteve praticamente 100% de adesões na DS e 85% nos restantes sectores). Entretanto, começa a manifestar-se a

solidariedade nacional e internacional e os trabalhadores estão confiantes nos seus ORs, que têm conduzido as lutas de forma a desmontar e travar

os golpes do patronato. É duro e decisivo o combate que têm por diante, pois os despedimentos na DS abririam a porta aos despedimentos em geral.

(1) A SE tem 2800 trabalhadores, dos quais 75% são mulheres.
(2) Na 1.ª fase do processo, eram mais de 800 os despedimentos previstos; esse número tem vindo a baixar, justamente perante a oposição firme dos trabalhadores

TRABALHADORAS AMEAÇADAS DEPOEM

ALAVANCA ouviu trabalhadoras da DS, constantes da lista de 248 a despedir; falaram de problemas que um possível despedimento lhes traria e da defesa dos postos de trabalho.

Ana Lourenço



— montadora de transistores

Sou mãe solteira de duas filhas e o pai não contribui para o sustento delas. Não tenho mais quem ganhe para nós, nem vejo maneira de trabalhar noutro lado.

Tem havido bastante trabalho nos Semicondutores, vêm pessoas transferidas para a Divisão para lhe dar seguimento, e isto é mesmo uma manobra. Temos de lutar como nas outras ocasiões e contamos com o apoio da CT.

Maria Rosa Valadas — soldadora de transistores Integrados



Enviuei há 8 meses e tenho três filhas a meu cargo, todas estudantes; uma delas já tem andado à procura de emprego sem conseguir nada, mas, de qualquer maneira, já não vão estudar para o ano, porque o ordenado chega cada vez menos e não recebo nenhuma pensão por parte do meu marido. Se for despedida, então nem sei como val ser. Vamos ver o que se pode

fazer ... deviam ver em que situação é que as pessoas ficam, embora todos precisem: são as rendas de casa, as despesas todas... mas «eles» (os patrões, o Governo) não se interessam por isso; sabemos bem que é uma manobra da ITT.

Emma das Dores



— montadora de transistores

Vivo com uma irmã retribuída, que recebe subsídio do IARN, mas é estudante, precisa para as despesas dela e não está com possibilidades de arranjar emprego; eu também acho que é impossível de arranjar outro emprego, se for despedida da Standard, e ainda por cima sou bastante doente do coração.

AS CONQUISTAS DO 25 DE ABRIL E O PAPEL DO MOVIMENTO SINDICAL (I)

Tradição unitária e de luta

Aquilo que hoje conhecemos por «sindicatos» e por «movimento sindical» é o resultado de uma longa e gradual evolução das associações de classe que os trabalhadores foram conquistando, desenvolvendo e adaptando à medida das necessidades colocadas pela sua luta contra a exploração capitalista.

Foi também assim que o Movimento Sindical Português se desenvolveu e consolidou, até que o golpe fascista de 1926 destruiu o Sindicalismo Livre e impôs os «Sindicatos Nacionais» (em 1933) controlados pelo Estado e eliminou as Liberdades de reunião, de associação e manifestação, o direito à greve e as demais liberdades e direitos democráticos conquistadas duramente pelo Povo.

A organização sindical existente antes do 25 de Abril de 1974

Para proteger os interesses das classes dominantes dos grandes monopolistas, dos grandes senhores das terras, das indústrias e das finanças, o regime fascista transformou os sindicatos em organismos burocratizados, desligados das massas e dos seus anseios, cujos interesses tinham que se subordinar aos interesses do Estado (fascista) e dos órgãos corporativos orientados pelos grandes capitalistas ou pelos seus homens de confiança — segundo o princípio da con-

dição de classes.

Com o apertado controlo que o governo exercia sobre os sindicatos, particularmente através do Instituto Nacional de Trabalho e Previdência que a desde a homologação das direcções pelo ministro das Corporações e Previdência Social com a colabora-

ção da polícia política até à «dissolução imediata do sindicato e perda dos direitos políticos, por dois anos, para os indivíduos que constituíam os seus corpos gerentes». A ditadura procurou conseguir a divisão dos trabalhadores desde a empresa e acentuar o espírito «classista» e elitista



O Ministério das Corporações foi ocupado e na gloriosa jornada do 1.º de Maio ostentava já o nome de Ministério do Trabalho

de algumas camadas de trabalhadores face aos seus camaradas de trabalho.

Os pulverizados «sindicatos nacionais» agrupavam os trabalhadores por categorias profissionais com a finalidade de dividir e enfraquecer organicamente os trabalhadores e dificultar a sua organização autónoma.

Sectores tão vastos como a função pública, agrícolas, professores do ensino oficial e pescadores, correios, serviço doméstico, trabalhadores civis das Forças Armadas, não tinham representação sindical, a qual lhes era vedada pelo Estatuto Nacional do Trabalho e outra legislação fascista.

A Luta dos trabalhadores nos «sindicatos nacionais»

Os trabalhadores não aceitaram passivamente a fascização dos sindicatos nem a organização que o regime lhes impôs.

Lutando dentro dos «sindicatos nacionais», elegeram e impuseram em muitos casos direcções da sua confiança.

Manifestaram-se, invadiram os Sindicatos forçando as direcções fantoches a apoiar as suas justas reivindicações.

Enfrentando sucessivas vagas repressivas, pagando com a prisão e a vida, os trabalhadores foram criando, no interior da própria organização corporativa, apesar das dificuldades, das manobras e falcatruas do regime, as condições que muito contribuíram para o reforço da luta contra a ditadura e pela satisfação das suas justas reivindicações.

A necessidade de coordenação da luta sindical era cada vez mais sentida pelos trabalhadores e pelas cerca de 30 direcções sindicais representativas que, no início da década 70, enfrentavam o feroz ataque legislativo que se seguiu à demagogia «liberalizante» de Marcello Caetano, e que não dferia do regime de opressão anterior.

Em 1 de Outubro de

1970
meira
sindica
dos Sin
ros, L
cos, B
Lisboa
HISTÓ
TUIDA
CAL.
contav
ção de
Em
1971
abate
represe
tuem a
prisão
Os s
cários
form
va-se
cal. Es
conseq
des su
ção de
zonas
Sul) o
zação
frequ
pação
sindica
gação
lho era
«scre
cava at
e tinha
Nas
tes era
trutura
definiç
represe
se é u
de Abril
cátos
nham a
estrutu
cista at
dade é
erente
sindica
sido or
uma es
escapa
regime
A l
nuava
neado
grande
sas pe
nacion
e desm
gresso
conqui
dentro
cooper
zava
criando
ordena
çava a
massas
nível in
nal.

1970 é convocada a primeira reunião intersindical pelas direcções dos Sindicatos dos Calçeiros, Lanfícios, Metalúrgicos, Bancários, todos de Lisboa. NESTA DATA HISTÓRICA FOI CONSTITUÍDA A INTERSINDICAL. Três meses depois contava já com a participação de 41 sindicatos.

Em Junho e Julho de 1971 a repressão que se abate sobre os Sindicatos representativos que constituem a Intersindical levou à prisão vários dirigentes.

Os Sindicatos dos Bancários de Lisboa e Porto foram encerrados. Visava-se destruir a Intersindical. Este objectivo não foi conseguido. As dificuldades superadas pela adopção de esquemas de funcionamento mais adequados. Foram criadas duas zonas regionais (Norte e Sul) o que permitiu a realização de reuniões mais frequentes com a participação de maior número de sindicatos e uma maior ligação às massas. O trabalho era coordenado pelo «secretariado» que convocava as reuniões nacionais e tinha funções executivas.

Nas condições existentes era impossível criar estruturas orgânicas muito definidas, alvos fáceis da repressão. Apesar disso, se é um facto que, em 24 de Abril de 1974, os sindicatos nacionais mantinham as características da estrutura corporativo-fascista atrás referida, a verdade é que, utilizando correntemente o aparelho sindical existente, tinha sido organizada e crescia uma estrutura sindical que escapava ao controlo do regime.

A Intersindical continuava a actuar, tinha planeado e coordenava a grande campanha de massas pelo salário mínimo nacional; tinha participado e desmistificado o Congresso da Previdência; conquistava posições dentro da própria estrutura cooperativa; descentralizava a sua actividade criando estruturas de coordenação regional; reforçava a sua influência de massas e o seu apoio a nível interno e internacional.



As Comissões de Trabalhadores reforçaram-se e muitas novas surgiram eleitas em plenário dos trabalhadores

Conquista das liberdades sindicais e democráticas

Papel do Movimento Sindical Unitário e das massas populares

Com o 25 de Abril, derubado o regime fascista através da acção decidida do Movimento das Forças Armadas em estreita aliança com o Povo Português, criaram-se as condições necessárias à edificação de uma sociedade diferente da que oprimiu o Povo Português durante 48 anos.

A conquista e o exercício das liberdades democráticas foram-se consolidando com o decorrer do processo revolucionário.

A liberdade sindical foi também conquistada pelo poderoso movimento das massas trabalhadoras nos primeiros dias da Revolução.

Sem esperar autorizações os trabalhadores souberam escorraçar os fascistas dos Sindicatos corporativos onde mantinham posições. Elegeram-se de imediato, em amplas assembleias, comissões para dirigir provisoriamente os sindicatos.

A Intersindical consti-

tuida na clandestinidade da noite fascista, apareceu à luz do dia com a experiência acumulada nas batalhas travadas.

O Ministério das Corporações foi ocupado e na gloriosa jornada do 1.º de Maio ostentava já o nome de «Ministério do Trabalho».

O direito à greve passou a ser exercido na prática sempre que os trabalhadores consideravam necessário, tal como o fizeram milhares de vezes durante o próprio regime fascista.

As Comissões de Trabalhadores já existentes reforçaram-se e muitas novas surgiram eleitas em plenário dos trabalhadores.

Conquistas sociais

Com a Revolução do 25 de Abril intensifica-se a luta dos trabalhadores contra a exploração capitalista conseguindo-se importantes conquistas sociais:

— aumento das regalias sociais;

— o salário mínimo nacional abrangendo cerca de 600 mil trabalhadores;

— o 13.º mês e o subsídio de férias é alargado a centenas de milhares de trabalhadores;

— a contratação colectiva surge pela primeira vez em

muitos sectores de actividade.

— as reformas, pensões e subsídios de invalidez são melhorados e alargados.

— melhoria efectiva das condições de vida e aumento de participação das remunerações do trabalho no rendimento nacional.

Foi no combate à sabotagem económica, pela defesa dos postos de trabalho e da economia nacional que os trabalhadores impuseram o controlo de gestão nas empresas e sectores e viram reconhecido na Constituição este seu importante direito.

— A CGTP-INT é, pois, o prolongamento das tradições unitárias e de luta de todos os trabalhadores portugueses contra a opressão e a exploração capitalista e participou activamente na conquista das liberdades sindicais, na consolidação dos direitos, liberdades, garantias e conquistas democráticas fundamentais alcançadas com o 25 de Abril.

Torna-se claro que o divisionismo sindical visa, pois atingir a nossa capacidade de defesa daqueles direitos, liberdades, garantias e conquistas e serve os interesses dos inimigos da democracia.

Continua no próximo número

REACCIONARIOS NO PODER E FORA DELE INVESTEM CONTRA A REFORMA AGRARIA

Mais não seria de esperar de um governo totalmente comprometido com a reacção interna e externa, senão a posta em prática de uma política virada para o sufocamento relâmpago das grandes conquistas da Revolução, das quais a Reforma Agrária é a mais significativa.

Utilizando grandes contingentes da GNR que chegam a ser mais de 100 homens armados para uma só cooperativa, acompanhados de grupos armados de agrários, ladrões e incendiários, o Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral, através do MAP e dos técnicos e funcionários dos ex-CRRA, de 28/1/80 a 20/2/80, já mandou assaltar 33 UCP's/cooperativas procurando executar 38 reservas com uma área de 13.129 ha. Isto apenas nos distritos de Beja, Évora e Portalegre.

Com o objectivo de denunciar a destruição da Reforma Agrária que está a ser levada a efeito por este governo do grande capital e do imperialismo, de alertar a opinião pública para a gravidade da situação e de apelar para a solidariedade activa de todos os trabalhadores, a 21 de Fevereiro passado realizou-se uma conferência de imprensa onde os secretários distritais das UCP's/Cooperativas e a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas do Sul, fizeram o ponto da situação e anunciaram a sua disposição de fazer frente activa a qualquer medida que vá contra os interesses dos trabalhadores alentejanos e ribatejanos e do povo português em geral.

«Os cow-boys da AD prometeram... e cumpriram»

Lembraram os dirigentes agrícolas e sindicais presentes que o arrojado deste governo é tal que o próprio secretário de Estado da Estruturação agrária, João Ribeiro Goulão, na Conferência da FAO, em Roma, nos dias 12 a 20 de Julho de 1979, deixou bem vincado o seu ódio à Reforma Agrária. Referindo-se, na sua intervenção, às UCP's e Cooperativas disse: «Deverá ser regulamentado o processo de extinção destas empresas, que a lei não reconhece como beneficiárias das entregas para exploração».

Se o sr. Goulão, naquela altura, já prometera num forum internacional a destruição da Reforma Agrária, hoje sente-se com a força toda para pôr em prática tão jurada promessa. Os efeitos da ofensiva falam por si, denunciando não só os objectivos finais deste governo, como o colocam claramente à margem da lei. E com toda a razão e rigor, que os trabalhadores

agrícolas consideram este governo um «fora da lei».

Senão, vejamos alguns exemplos:

As provas irrefutáveis das ilegalidades do Governo

NO DISTRITO DE PORTALEGRE

UCP «1.º de Maio» - Avis - entrega de reserva com 227 ha e 70 368 pontos na Herdade do Painho a Lobélia de Carvalho, mãe de Maria Ana Carvalho que também recebeu na mesma herdade uma reserva de 486 ha e 65 896 pontos e cujo marido, Luís de Carvalho recebeu outra reserva na Cooperativa Amante da Ribeira de Longomel.

Mas o grande escândalo aconteceu com a entrega da reserva no Painho. Tendo a Cooperativa recorrido aos tribunais, um acórdão do Supremo Tribunal Administrativo de 18/1/80, face às ilegalidades existentes, ordenou a suspensão do acto recorrido, ou seja, o despacho do secretário de Estado Goulão de 27/7/79 na base da qual a reserva foi entregue. Apesar disso, a reserva foi demarcada com total desprezo pela decisão do Supremo.

Entretanto, e confrontado com os avisos do Supremo Tribunal Administrativo, o governo decidiu suspender a sua entrega.

Só que a reacção dos «mandachuvas» deste governo - os agrários - não se fez esperar. Apoiados no serviço regional do MAP, e tendo a cobertura de um elevado contingente da GNR comandado pelo tenente Salgueiro de Ponte de Sor invadiram armados, a Herdade do Painho onde se entrincheiraram, alvejando todo aquele que se aproximava, enquanto a GNR dava a reserva como entregue.

Depois de terem dado a conhecer este caso de arbitrariedade aos trabalhadores agrícolas comentaram em documento distribuído na conferência de imprensa: «Quando a nível do Governo este é obrigado a recuar contra a sua vontade face à determinação dos Tribunais, logo os serviços regionais do MAP em conivência com os agrários - e com a espantosa cobertura das forças de segurança - tratam de compensar o recuo tático das mais altas instâncias - é o reino do arbitrio, da auto-cracia e da prepotência».

Na UCP LIBERDADE DO POVO, em Vieiros, foram demarcadas cinco reservas, num total de 231 615,9 pontos (espantoso!) a favor de um único reservatário - os herdeiros de Duarte Borges Coutinho.

Esta ilegalidade reconhecida pelo V Governo inviabilizou economicamente a Cooperativa e lançou trabalhadores para o desemprego. No seguimento do recurso interposto pela Cooperativa, o secretário de Estado da Estruturação Agrária Domingos Revogou, por despacho de 29/11/79, o despacho de João Goulão de 13/7/79 que concordava com tal reserva.

Mas para Sá Carneiro e sua «comitiva» nada disto tem valor e o mesmo secretário de Estado Goulão manda entregar a reserva com base no seu antigo despacho, já revogado.

No distrito de Évora

•UCP's «SANTA SOFIA» e «CA-BRELA» - MONTEMOR-O-NOVO

Demarcadas 2 reservas a favor de Maria Rosa Reis Glão Freixo e Rosa Reis Glão (mãe e filha), nas herdades «Pégoras de Cima» - «Casa Branca e Outeiro de Lisboa» num total de 531,5 ha e 106 096 pontos, quando: estas reservas faziam parte de uma única empresa agrícola, dirigida e administrada pela mesma pessoa, João Inácio Nunes Barata Freixo.

Nunca, as agora reservatárias exploraram as herdades em causa. Simplesmente, o João Barata Freixo tem reserva igualmente pedida noutras herdades, e o que o MAP e os agrários procuram, agora, é conseguir uma reserva para cada um.

Na herdade Pégoras de Baixo, que

tem 2
parte
explor
nado:
seme
outra
tinham
Inici
Mota
notific
de 70
duas r

Este
favora
João
altura
Évora
cado é
Por
o secre
revogo
Ago
Janeiro
voga a
Governo
pacho
ilegal

POR U

As
nham
junta
uma r

• UCP

Entre
serva
Poles
pontos
O re
conjunt
proprie
ocupac
Fevere
mente
Entre a
sua ár
que nã
área d
lei.

O ref
herdad
campañ
além d
maiora
servatá
tudo te
como c
Maio d
O M
das dil
operati
de arbit
57.º e
cesso
zação
De fa
reserva
zada -
1000 h
ões, t
olival s

tem 295,6 ha, à data da ocupação só parte de regadio (cerca de 90 ha) era explorado. O resto estava abandonado: uma parte da herdade não era semeada há 16 anos; outra há 14; outra há 11 e outra há 7 anos, que tinham um hectare fabricado.

Inicialmente, durante o Governo Mota Pinto as Cooperativas foram notificadas para uma única reserva de 70 000 pontos com destino às duas reservatárias.

Este processo teve um despacho favorável do secretário de Estado João Goulão — contra a opinião, na altura do responsável dos SGEF de Évora — de 2/7/79 (nunca comunicado à Cooperativa).

Por despacho de 23 de Novembro, o secretário de Estado do V Governo revogou aquele primeiro.

Agora, por novo despacho de 15 de Janeiro/80 de João Goulão, este revoga o despacho revogatório do V Governo e repõe o seu anterior despacho de 2/7/79. Ilegalidade sobre ilegalidade.

POR ÚLTIMO

As próprias reservatárias só tinham requerido uma reserva conjunta mas o Goulão decidiu atribuir uma reserva a cada uma!

● UCP SANTANA DO CAMPO — Arrolatos

Entregue, em 14 de Fevereiro, reserva a Miguel da Câmara Manuel Potes com área de 620 ha e 104 979 pontos, quando:

O reservatário Miguel Potes, em conjunto com sua mulher Ana Potes é proprietário de alguns prédios não ocupados nem expropriados e, em Fevereiro de 1975, vendeu ilegalmente duas herdades — Madalenas e Entre Águas — procurando diminuir a sua área expropriável, vendas estas que não foram agora deduzidas à área de reserva, como determina a lei.

O referido Potes trazia as terras da herdade arrendada a rendeiros de campanha e, ainda por cima, o MAP, além dos 70 000 pontos, concede-lhe as maioragens técnicas sem que o reservatário apresente o necessário estudo técnico, social e económico como obriga o despacho de 23 de Maio do ministro Vaz Portugal.

O MAP não procedeu a nenhuma das diligências requeridas pela cooperativa para averiguação da verdade dos factos, nomeadamente um arbitramento requerido à luz do art.º 57.º e seguintes do Código do Processo Civil para verificar da inviabilidade da cooperativa.

De facto, com a demarcação desta reserva a Cooperativa fica inviabilizada — restar-lhe-ão pouco mais de 1000 ha — dado que todas as instalações, todo o regadio, todo o pomar e o olival são entregues ao agrário, o que

implica o desemprego imediato para 60 dos 116 cooperantes da cooperativa.

Mas não se ficam por aqui, as ilegalidades e prepotências praticadas neste caso:

É que durante a demarcação da reserva, cerca de 50 agrários acompanhados de uma força da GNR e de funcionários do MAP procuraram usurpar um rebanho de mais de 300 ovelhas com borregos (quando no inventário assinado pelo agrário só constam 165 ovelhas). Para darem cobertura a este roubo os agrários presentes, entre os quais se reconheciam os filhos do próprio reservatário, apareceram armados de pistolas, que dispararam para os trabalhadores, perante a indeferência (quando não conveniência dos elementos da GNR presentes).

Um deles chegou, inclusivamente, a encostar a pistola ao peito do dirigente sindical Pombinho Macau ameaçando-o de morte.

Não tendo conseguido os seus intentos criminosos, os agrários voltaram no dia seguinte, acompanhados de 21 jeeps da GNR, expulsando os trabalhadores que se encontravam na herdade e sequestrando durante cerca de 4 horas o presidente da direcção da cooperativa, João Gregório, de 55 anos de idade

herdades Crujeira e Pinheiro, cada uma com mais de 70 000 pontos da UCP Boa Esperança, do Redondo (distrito de Évora) e ainda mais três reservas, com processos em curso nas herdades Defesa do Monte Novo, Defesa do Palácio e Defesa do Pé de Alçada, no concelho de Alandroal!

Retirando à Cooperativa de Casebres os 261 ha, 1 tractor, 1 ceifeira-debulhadora, 359 ovelhas, 110 ha de forragens, 1 ha de alto francês, a vacaria leiteira e instalações diversas, dando reservas a esmo à sociedade e a cada um dos irmãos sócios, o MAP e o Governo procuram assim reconstituir todo o latifúndio dos Mira da Silva!

No Distrito de Beja

● UCP «LUTAR É VIVER» — CARREGUEIRO — ALJUSTREL

Demarcada reserva no dia 8 de Fevereiro a favor de António Mateus Garvão, que tinha já em seu poder 146 ha.

Quase uma semana após a demarcação da reserva, o agrário e funcionários do MAP, com a presença da GNR, invadiram e saquearam à Cooperativa um rebanho de ovelhas, 1 ceifeira-debulhadora, 2 tractores e alfaias diversas.



interrogando-o, provocando-o e procurando intimidá-lo!

No Distrito de Setúbal

Na Cooperativa de Casebres, cujos cooperantes representam 75% da população activa local, demarcadas reservas na Herdade de «Bemposta», com 261 ha, a favor de José Manuel Barahona Mira da Silva e nas herdades de «Gargolim de Cima e Serinha» com 533 ha a favor de Augusto Marques Veredas.

No que se refere à primeira das reservas regista-se o facto de Mira da Silva possuir, com mais dois irmãos, a Sociedade Agrícola Mira da Silva, possuidora de dois prédios rústicos com mais de 70 000 pontos e ter em curso um processo de entrega das

Estas algumas das provas irrefutáveis das ilegalidades que o governo reacçãoário do PPD/CDS tem praticado na zona de intervenção da Reforma Agrária.

Esta estéril investida insere-se no ataque frontal contra as conquistas da devolução, a processo democrático e o próprio 25 de Abril, imposta pela reacção interna a soldo do imperialismo, americano e europeu.

No entanto, podem contar os reacçãoários no governo ou fora dele, — tal como prometram os trabalhadores altejanos — com a barreira humana da razão e a solidariedade de classe de todos os trabalhadores portugueses.

Como nos dizia uma trabalhadora agrícola por terras do Alentejo: «Sr. Carneiro, pare, antes que seja tarde de mais (para si)».



SEGURANÇA SOCIAL

UNIDOS EM TORNO DO MOVIMENTO SINDICAL

Apesar das grandes conquistas alcançadas pelos trabalhadores portugueses, a grande maioria do nosso povo ainda vive em condições de miséria e doença. Só uma minoria privilegiada goza dos benefícios da riqueza que produzimos e das descobertas da Ciência e da Técnica dos nossos dias, que neste Governo mais se tem cavado o fosso existente entre os que produzem e os que beneficiam

com essa produção.

A grande maioria não dispõe de habitação que seja um abrigo satisfatório, suficientemente arejado, espaçoso e iluminado, com água potável canalizada, sistema de esgotos e recolha de lixos. Não tem acesso a uma alimentação suficiente e equilibrada, com as necessárias quantidades de carne, peixe, ovos, leite, verduras, frutas, etc. O álcool continua a ser

uma das principais fontes de energia para quem trabalha duramente.

Quase nada é feito para evitar as doenças mais comuns, as mais elementares noções de higiene não são amplamente divulgadas junto de quem delas mais necessita; existe oficialmente um esquema nacional de vacinação gratuita, mas a grande maioria dos pais continua a não vacinar os filhos antes da entrada para a

escol
sobre
e por
que
ção.
mulh
gravi
na all
escla
outro
então
têm p

A g
ças n
infant
ruas e
lixei
povo
demia
hoje
veis,
côler
Conti
milha
um a
alime
diarre
culos
contir
res de

A f
forma
lucro
povo.
pouco
Servi
que e
os ex
mento
sastre
uma c
séria,
rever
de St
enche
Medic
deixa
quanc
pela c
a rece
para s

Tan
mais-
igual
vezes
800.0
aciden
uma
deles
resto
vida,
dade
nossa
rem fa

Ac
balho,
gases
dos br
nos n
que, o
dos e
humid
dos o

escola por falta de esclarecimento sobre a utilidade e prazos das vacinas e por todos os entraves burocráticos que existem nos postos de vacinação. Uma grande parte das nossas mulheres não é seguida durante a gravidez, não têm assistência médica na altura do parto, não é devidamente esclarecida quanto à alimentação e outros cuidados a dar aos filhos, ou então quando são esclarecidas, não têm possibilidades para o fazer.

A grande maioria das nossas crianças não é abrangida pelas creches e infantários e cresce ao ar livre nas ruas e nos campos, nos charcos e nas lixeiras. Nestas condições, o nosso povo continua a ser atacado por epidemias de doenças infecciosas que hoje em dia são perfeitamente evitáveis, como o caso da difteria, a cólera, a febre tifóide, o sarampo, etc. Continuam a morrer todos os anos milhares de crianças com menos de um ano de vida por causa da má alimentação, a falta de higiene, as diarreias, as meningites, etc. A tuberculose, o alcoolismo, as cirroses, continuam a inutilizar e a matar milhares de trabalhadores todos os anos.

A Medicina continua a ser uma forma de exploração, virada para o lucro e não para a melhoria da vida do povo. Da forma como funcionam os poucos hospitais que existem e os Serviços Médico-Sociais, ao preço a que estão as consultas particulares, os exames, as análises e os medicamentos, estar doente ou ter um desastre, para uma família pobre é mais uma carga de preocupações e de miséria, que este Governo ao querer rever a Lei 56/79 (Serviço Nacional de Saúde), mais não quer do que encher os bolsos dos «tubarões» da Medicina. E quando o trabalhador deixa de poder dar rendimento, quando está inutilizado pela idade, pela doença ou por um acidente, fica a receber uma esmola que mal chega para subsistir.

Também na produção não é só a mais-valia que nos é roubada, mais é igualmente a nossa saúde e muitas vezes a nossa vida. Todos os anos, 800.000 camaradas nossos têm um acidente de trabalho ou apanham uma doença profissional, 100.000 deles ficam incapacitados para o resto da vida, mais de 800 perdem a vida. E isto não acontece por fatalidade do destino, nem por incuria nossa, como muitas vezes nos querem fazer acreditar.

Acontece porque nos locais de trabalho, o ar poluído, as poeiras e os gases nos dão cabo dos pulmões e dos brônquios, os produtos venenosos nos dão cabo da pele e do sangue, os ruídos nos dão cabo dos ouvidos e da cabeça, a temperatura e a humidade nos dão cabo do corpo e dos ossos, a má iluminação nos dá

cabo dos olhos, as trepidações nos dão cabo das articulações, etc.

Acontece porque os ritmos acelerados, as horas extraordinárias, os turnos fora de horas, o trabalho repetitivo, nos dão cabo dos nervos, nos cansam, nos fazem perder os reflexos.

Acontece porque nos mandam fazer tarefas perigosas sem nenhuma protecção adequada, sujeitos ao que der e vier — uma queda, uma explosão, um incêndio, etc.

Acontece também porque a grande maioria das empresas, das obras, das minas, etc., não têm serviços médicos, nem posto clínico, nem sequer material de primeiros socorros. E nas que têm serviços médicos, eles não estão ao nosso serviço. A maior parte das vezes, os exames médicos que fazem são só à entrada, para seleccionar o pessoal que dê garantias de aguentar mais. Quando nos fazem exames periódicos, é uma fantochada para nos sossegar e nos dizerem que tudo vai bem, ou então temos de ir ao médico...

Não se conclua no entanto, que esta situação é uma fatalidade que devemos aceitar e para qual não há processo de evitar. Controlar ou combater o processo está ao alcance de todos nós na UNIDADE de todos os trabalhadores, seja ele aderente de que formação política ou credo religioso for, em volta das suas estruturas de classe na defesa intransigente do nosso direito a:

— Actualização anual das reformas e extensão da pensão social, com

do Decreto-Lei n.º 549/77 Lei Orgânica da Segurança Social que visa afastar as organizações de trabalhadores.

- Medidas que obriguem os patrões a pagar as dívidas à Previdência.
- Integração progressiva no regime geral dos diversos esquemas de Previdência, em especial dos trabalhadores rurais.
- Redução da idade da reforma das profissões mais desgastantes, perigosas ou insalubres.
- Adopção de medidas eficazes para diminuição do tempo de demora na atribuição das primeiras pensões e dos benefícios através de melhor aproveitamento de meios informáticos, adequada e permanente informação dirigida aos beneficiários, formação técnica e social do pessoal.
- Actualização das pensões de acidente de trabalho e doenças profissionais.
- Institucionalização do seguro social de acidentes de trabalho e doenças profissionais.
- Revisão e actualização da legislação sobre doenças profissionais e a tabela nacional de incapacidades.
- Coordenação e planificação de acção de todos os serviços e organismos já existentes com funções na prevenção de riscos.
- Responsabilização das entidades patronais pelas condições de instalação e laboração das empresas.
- Proibição de importar, construir ou transaccionar instalações, máquinas e ferramentas sem os respec-



respeito pelo princípio da pensão mínima não ser inferior a metade do salário mínimo nacional.

- Criação de um sistema unificado e descentralizado da Segurança Social.
- Gestão democrática da Segurança Social com a participação do Movimento Sindical e pela revogação

tivos dispositivos de segurança ou de saneamento do ambiente.

- Ratificação e cumprimento de todas as convenções e observâncias das recomendações da OIT e sua consequente regulamentação.
- Efectivo direito à Saúde com a implementação do Serviço Nacional de Saúde.

III Congresso da CGTP-IN



LISTA PROVISÓRIA DAS DELEGAÇÕES

ORGANIZAÇÕES SINDICAIS INTERNACIONAIS

FSM - Federação Sindical Mundial

CMT - Confederação Mundial do Trabalho

OUSA - Organização de Unidade Sindical Africana

CISA - Confederação Internacional dos Sindicatos Árabes

CLAT - Central Latino-Americana de Trabalhadores

CPUSTAL - Congresso Permanente de Unidade Sindical dos Trabalhadores da América Latina



ORGANIZAÇÕES ESTRANGEIRAS

Latino-
lores

Perma-
ncal dos
ca La-

CONVIDADOS ESPECIAIS

Bureau International du Travail
(BIT)
Comunidade Económica Euro-
peia (CEE)

ORGANIZAÇÕES SINDICAIS NACIONAIS

África do Sul - SACTU; An-
gola - UNTA; Argélia - UGTA;
Austria - GLB/ÖGB; Bélgica -
CSC; Bélgica - FGTB; Bolívia -
COB; Bulgária - CCSSB; Cabo
Verde - UNTCV; Canadá - CSN;
Checoslováquia - ROH; Chile -
CUT; Chipre - PEO; Congo Bra-
zaville - CSC; Cuba - CTC; Es-
panha - CSCO; Espanha - USO;
Finlândia - SAK; França - CGT;
França - CFDT; Grécia - ESAC;
Guiné-Bissau - UNTG; Hungria
- SZOT; Iraque - GFTU; Irlanda
- ICTU; Itália - CGIL; Itália -
CISL; Japão - SOHYO; Kuwait -
KTUF; Líbano - FENASOL; Ma-
lásia - MTUC; Mali - UNTM;
Marrocos - UMT; México -
CTM; Mongólia - CCSSM; Namí-
bia - NUNW; Nicarágua - CST;
Palestina - FGSP; Peru - CGTP;
Polónia - CRZZ; Porto Rico -
MOU; RDA - FDGB; Reino
Unido - TUC; Roménia - UGSR;
Síria - GFSTU; URSS - CCSS;
Uruguaí - CNT; Venezuela -
CTV; Vietnam - FSV; Yugoslá-
via - CSY.

ASSOCIAÇÕES DE EMIGRANTES

Associação dos Originários
de Portugal - Fraçca.

teatro

4 PONTOS 'QUENTES'

(e não só)

F.S.T.S.E.

Está em andamento a construção da Federação dos Sindicatos da Actividade Cinematográfica, dos Músicos e dos Trabalhadores do Espectáculo.

Com o Congresso marcado para 3 e 4 de Abril vão estes Sindicatos erigir a sua Federação de Espectáculos com as seguintes palavras de ordem: NA UNIDADE E ORGANIZAÇÃO A MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA — PELA CULTURA AO SERVIÇO DO POVO.

No projecto do plano de acção pode ler-se: «...estes sindicatos representam trabalhadores da cultura de diferentes domínios artísticos: A sua acção na defesa dos interesses das classes socio profissionais que representam ultrapassam portanto a defesa das reivindicações socioprofissionais e repercutem-se na área cultural, lutando pela obtenção de condições que permitam a liberdade de criação artística, a dignificação profissional e pelo direito de participarem na definição das linhas de acção cultural a desenvolver pelo Estado português.

Alguns pontos reivindicados da classe

Sem fazer uma lista exhaustiva das reivindicações da classe aqui ficam alguns pontos importantes para conhecimento e discussão pública.

C.C.T.

— O contrato colectivo do S.T.E. está bloqueado no M. Trabalho.

Accordos com a R.D.P. e Rádios Comerciais

— Tabela de «cachet» mínimo por gravação de fo-

lhetins, teatro radiofónico, participação em programas especiais, e, utilização exclusiva de profissionais com carteira.

— Percentagem mínima de horas de programação diária com artistas portugueses.

Accordo com a R.T.P.

— Estabelecimento de um mínimo de horas de emissão diária de produção nacional.

— Dobragem obrigatória de todas as séries estrangeiras.

— Defendendo as produções deve salvaguardar-se quer qualitativa quer quantitativa a participação de profissionais portugueses.

— Tabela mínima de remuneração por sessão de trabalho.

— Negociação dos «cachets» de reposição assim como dos prazos de pagamento.

Negociações com as produtoras de filmes

— Nas co-produções do cinema português o número de actores e técnicos estrangeiros não deve exceder 25% do total.

— Nas co-produções internacionais rodadas em Portugal pelo menos 25% dos profissionais em proporção qualitativa e quantitativa deve ser nacional.

— «Cachet mínimo» por sessão para os actores.

Filmes estrangeiros exibidos em Portugal

Deveria ser amplamente discutida a dobragem ou não dos filmes estrangeiros (entrando em linha de conta o argumento que as legendas estimulam as pessoas a querer ler). Na nossa opinião exceptuando os filmes conside-

rados de qualidade artística e os musicais, deveriam ser dobrados todos os filmes, documentários e desenhos animados.

Negociações com as casas de espectáculos de variedades

— Em locais de consumo obrigatório e, outras salas de rendibilidade económica devia ser obrigatória a participação de artistas de variedades.

— Sempre que a rendibilidade dos locais o permita deve ser obrigatória a existência de uma orquestra.

A exibição do cinema português

Legislação adequada devia obrigar os exibidores a incluir nos filmes portugueses nas salas que controlam e usar para a exibição de filmes de violência e pornochachadas.

Negociações com o Governo para assinar os acordos de Roma

Desta maneira estaríamos a criar a possibilidade do nosso teatro, cinema, música, rádio, televisão crescer em qualidade e competência, podendo servir, também, de POU-PANÇA quer pela economia em divisas (não comprar ao estrangeiro) quer pela entrada das mesmas (vendendo ao estrangeiro os nossos produtos culturais).

S.E.C.

Passados dois meses da tomada de posse deste governo continua-se sem a definição de uma política cultural, ou melhor, percebe-se que na cultura,

como no restante, a política cultural, ou melhor, percebe-se que na cultura, como no restante, a política do Governo é a da terra queimada: DESTRUIR.

Fechar o Teatro S. Luís é encerrar mais uma sala à prática teatral!

Atrasar a concessão dos subsídios aos G.T.I. é tornar cada vez mais inacessível a fruição cultural ao nosso povo e, mais um ataque ao consignado na Constituição quanto à promoção cultural dos portugueses.

As cooperativas da actividade cultural

As cooperativas são uma resposta eficaz dos trabalhadores ao sistema económico condicionado pelos interesses do capital sobretudo nesta fase de recuperação capitalista latifundiária e monopolista liderada pela clientela da AD.

As cooperativas ao libertarem os trabalhadores da exploração e opressão patronal fazem com que o produto cultural adquira liberdade de criação e o seu destino às classes trabalhadoras fica assegurado desde que as cooperativas procurem o escoamento do produto cultural junto do movimento cooperativo e do Movimento Sindical Unitário.

As cooperativas têm já uma certa importância no sector do espectáculo. Há que desenvolver este sector e lutar para a saída de legislação eficaz como o determina a Constituição para o sector cooperativo.

MANUEL MARCELINO

ESPECTACULOS A VER

LISBOA

ADÓQUE: «Querias mas não te dou».

A COMUNA: «O DRAGÃO» de E. Scharwitz.

BARRACA: «Preto no Branco» de Darío Fo. M. Costa.

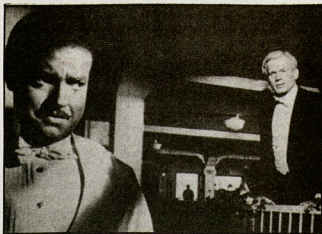
SETÚBAL

T.A.S.: «Credores» de A. Strindberg.

PORTO

Selva Troupe: «A Confissão» de Bernardo Santareno.

A LINGUAGEM ARTISTICA DO FILME (7)



Orson Welles. «O Mundo a seus pés»

Orson Welles e a montagem

A A montagem é sem dúvida quer a queiramos sobrevalorizar, ou não queiramos, um dos factores determinantes de criação do filme. A realidade do filme é construída como já dissemos noutra altura, e bastantes vezes exemplificámos, a partir da ordenação sequencial de vários fragmentos, o que faz com que o filme seja um universo descontinuo, quer em relação ao espaço quer em relação ao tempo (ver «Alavancas» n.º 28, Setembro). Um filme não pode seguir o tempo da nossa vida real. Seria totalmente impossível acompanharmos toda a vida das personagens de um filme cuja acção por vezes decorre durante muitos anos. Os acontecimentos de muitos anos podem ser relacionados em duas horas ou mesmo em minutos. E podemos passar de um plano para outro com alguns anos de intervalo. Não existe portanto um tempo continuo como na vida real. Sem falar que no filme podemos ver a acção dos acontecimentos sem ser pela ordem em que eles se processaram. Nós podemos, por exemplo, ver no início de um filme um personagem morrer e em seguida tomarmos conhecimento, através de recor-

dações de outros personagens, da sua vida passada. Está neste caso o exemplo clássico de um grande filme da história do Cinema, que iremos aqui referir hoje, «O Mundo a seus pés» do importantíssimo realizador americano Orson Welles. É por estas razões, pela inevitável e evidente característica de descontinuidade do filme, que a montagem assume uma importância que não pode ser negligenciada. O criador de filmes tem que saber ordenar e seleccionar (e ele é forçado a isso) os pedaços da realidade de modo a que o filme se torne um universo significativo e coerente.

Eisenstein, não lúdia a característica da descontinuidade do filme. Pelo contrário. Ele reforçava essa descontinuidade. Ele tirava partido, até às últimas consequências, dos efeitos da descontinuidade. Construía a realidade do filme através de planos fixos, geralmente curtos, de bellissima composição plástica, que entravam em choque uns com os outros criando um dinamismo visual de alto valor descontinuo.

Mas a atitude em relação à montagem, pode ser diversa. Pode-se tentar «minimizar» o efeito da

descontinuidade usando planos de grande duração, no qual podem ocorrer vários acontecimentos ao mesmo tempo sem que se proceda a muitos cortes (passagem de plano para outro). Esta tendência brilhantemente sistematizada por Orson Welles no grande filme «O Mundo a seus pés», está na origem das mais modernas correntes do cinema contemporâneo. Segundo esta tendência procura-se concentrar a maior quantidade de acção (ou de acções) num mesmo plano, quer utilizando a máquina de filmar em movimento, quer a utilizando em tomadas de vista fixas.

Exemplifiquemos com um plano famoso do filme «O Mundo a seus pés», do qual apresentamos aqui um fotograma. O plano começa com Kane (o poderoso capitalista cuja influência se estende à grande imprensa) a escrever à máquina. A sua figura impõe-se maciçamente à esquerda do plano e contrasta com a grande profundidade da sala de redacção do jornal. Kane escreve uma crítica favorável à actuação da mediocre cantora de ópera que é a sua mulher. O seu grande amigo Leyland crítico do jornal, recusa-se a

fazê-lo como protesto contra a ascensão prepotente e intolerante de Kane, no mundo do capital. Vemos em seguida Leyland sair do seu gabinete de trabalho e atravessar lentamente a sala, enquanto Kane continua a escrever, e parar no lado direito do plano, mais atrás. Kane comunica ao seu grande amigo Leyland que está despedido do jornal. É uma atitude prepotente de despeito. Ele representa a força discriminatória da sociedade capitalista. Muito ao fundo, recortando-se na porta da sala, surge uma terceira personagem, o amigo de ambos, Bernstein, que assiste impotente ao fim de uma grande amizade. É um plano de uma rara força visual e de uma grande dimensão psicológica. E essa dimensão resulta precisamente do facto de Orson Welles não ter usado o corte. Ele «fez» a montagem já dentro do plano. Fez o que se costuma chamar um plano sequência. A cena teria perdido todo o seu impacto se Welles a tivesse mostrado através de uma sequência fragmentada de planos. É uma outra maneira de «ver» a montagem.

David Lopes

desporto

JOGOS OLIMPICOS



O ano de 1980 vai ser decisivo quanto ao futuro das Olimpíadas, cuja 22.ª edição da era contemporânea deverá disputar-se em Moscovo, de 19 de Julho a 3 de Agosto. Antes do mais, serão os primeiros Jogos realizados num país socialista. Pela importância de tal acontecimento no estreitamento de relações entre os povos, no intercâmbio cultural e no fortalecimento da compreensão mútua, no caminho da Paz, a URSS tem, à partida, a maior vitória, sejam quais forem os ataques e mentiras que o imperialismo forje para lhes diminuir a sua importância, grandiosidade e ressonância, seja qual for o preço que o ideal olímpico tiver que pagar...

A ninguém escapam, por menos avisado que seja, os intentos que presidem à tentativa de boicote aos Jogos Olímpicos — 1980, por parte do presidente norte-americano James Carter e seus aliados naturais do capital ocidental, do Japão e da China. Contudo, estes podem contar para si, como primeira grande derrota, a recusa unânime dos membros do Comité Olímpico Internacional, em alterar o local dos Jogos, confirmando Moscovo. Claro está que tais propostas falhadas foram feitas sem a audição prévia das organizações desportivas nacionais, contra a vontade esmagadoramente expressa pelos atletas, de estarem presentes e, sempre, sob o falso princípio de que «no desporto não há política»...

Com o ilustre pretexto de contestar a presença solidária de tropas sovié-

cas no Afeganistão — a pedido deste — Carter e seus amigos, lá vão procurando utilizar uma «arma política», para que o mundo se distraia dos seus verdadeiros intentos intervencionistas e imperialistas, em particular, no Irão e no Paquistão, para não falarmos dos interesses na península da Indochina, onde a sua voracidade já provocou milhares de vítimas. Foi o próprio jornal norte-americano «Washington Post» que o denunciou, confirmando que aquele país «está a fornecer armas e a dirigir, por intermédio da CIA, os inimigos da revolução afgã».

Assim, naturalmente, a propósito de desporto, cá estamos nós a fazer uma leitura política!

Em matéria de Jogos Olímpicos, os governos norte-americanos têm primado, sempre, por se colocarem do lado oposto aos ideais da paz, da justiça e da amizade. Recordem-se que a um ano dos Jogos Olímpicos de Berlim, em 1936, no pleno domínio nazi-fascista, Hitler proclamou as chamadas «leis de Nuremberga», pelas quais retirou aos judeus a cidadania alemã e os afastou, definitivamente, de qualquer possibilidade de representarem a Alemanha, nas Olimpíadas. Daí que a condenação a tais medidas tenha surgido em todo o mundo, levando 500 mil assinaturas a exigirem a não participação americana numa manifestação desportiva cujos dividendos o fascismo procurava colher.

Nessa altura, o Comité Americano limitou-se a publicar uns panfletos criti-

NA DIFÍCIL ENCRUZILHADA PARA O FUTURO

cando os que — segundo ele — «misturavam o desporto com a política» e chamando «comunistas» aos defensores do boicote!...

E que posição assumem os Estados Unidos da América, hoje, na condenação dos racistas da África do Sul e da Rodésia, perante o movimento desportivo internacional, quando a maioria dos países repudia a discriminação no desporto?

É evidente que aqui se torna necessário assumir uma posição política, tal como o fizeram os futebolistas soviéticos, ao recusarem-se a jogar em Santiago do Chile, num estádio manchado pelo sangue de patriotas chilenos, vítimas do regime fascista de Pinochet.

Como profundamente político será, por outro lado, qualquer projecto de acção governamental que pretenda dinamizar a prática desportiva, em todas as idades, com o objectivo essencial de ter uma população sã e de corpo sã. Daí que os êxitos dos países que perfilham tais princípios vão crescendo, ano após ano, culminando, em cada olimpíada, com o aumento de medalhas conquistadas, que o mesmo é dizer, o cada vez maior apuro técnico, decorrente de uma ampla base de apoio de praticantes desportivos. Razão pela qual o conforto das estruturas capitalistas e das estruturas socialistas, é sonogado por Carter, quando, num momento crucial para o futuro do mundo, os acordos de Helsínquia não são cum-

pridos, o desarmamento e palavra quase morta e a «guerra fria» volta a justificar primeira página, como em anos idos.

E «Mr. Jimmy» tem as eleições à porta... Talvez o exame de Moscovo possa ser-lhe negativo! Entretanto, dos mais de 100 países que poderão vir a estar presentes nos XXII Jogos Olímpicos, Washington anuncia que 49 serão pelo boicote, sem dizer quais. Tanto quanto se saiba, oficialmente, muito poucos o confirmaram. Em Portugal, o governo reaccionário do PPD/CDS/PPM aguarda, venerando, as ordens da Casa Branca, para se pronunciar, em definitivo, não deixando, entretanto, de renunciar aos acordos culturais com a URSS...

Numa mensagem enviada ao Comité Olímpico Internacional, Leonid Brejnev, Secretário Geral do CC do PCUS e Presidente do Presidium do Soviete Supremo da URSS, acentua:

«A União Soviética tem apoiado e apoiará o movimento olímpico contemporâneo. Os soviéticos preparam-se, actualmente, para os Jogos Olímpicos de 1980, em Moscovo, e tudo farão para que estes se realizem num nível elevado e dêem novos impulsos às nobres ideias de amizade e de paz».

Que as Olimpíadas-80 sejam uma festa mundial da juventude e do desporto, da beleza humana e da amizade entre os povos.

ALVARO ESTEVES

e
a
fi-
no

as
o
sa
ga-
ai-
tar
os
ron
elo
is.
pa,
os
tu-
rio
PM
as
ca,
le-
n-
iar
om

en-
ico
ej-
do
nte
ete
en-

em
vi-
oos
tal-
jos
em
ara
um
em
res
de

-80
dial
es-
a e
do-
S



III Congresso
da CGTP-IN
ABERTO A TODOS OS SINDICATOS
LISBOA 6-7-8-9 MARÇO 1980

SIN
INDICAL
NÃO

PUBLICAÇÃO DA CGTP-IN
LISBOA, 1980

**FORTALECER A UNIDADE
E A ORGANIZAÇÃO**



PROSSEGUIR ABRIL

A
O

a CGTP-

Archa dos
da con-
acta e em
am essa
ue, ainda
ções de
já o ora-
resentar,
alho (es-
ultidão o
razões
esto dos
contra a
mamen-
direitos
alho e de
os quais
eus bra-

mais

resultado
ade e de
italista e
tos entre
lo patro-
neira de
ços dos
de se-
ssidade,

PAZ E DESARMAMENTO

**Entrevista com
o general Costa Gomes**



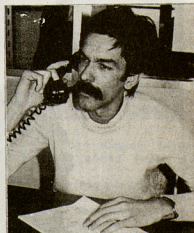
DIREITOS E LIBERDADES DOS TRABALHADORES

Barros Moura



POLÍTICA ECONÓMICA E SINDICALISMO

Vasco Cal



UNIDADE E ESTRATÉGIA DO MOVIMENTO SINDICAL

Manuel Lopes



entrevista

A PAZ E O DESANUVIAMENTO



No contexto da luta de classes que se trava no Mundo actual, no âmbito do choque permanente de objectivos existentes entre parte do Mundo já libertado da exploração e a outra parte ainda sujeita ao controlo do Imperialismo, surge uma questão vital para os povos de todo o Mundo, encontrem-se eles, quer numa esfera de influência, quer noutra. Trata-se da paz e da sua manutenção.

Nuna altura em que a segurança da nossa civilização está ameaçada por uma corrida desenfreada aos armamentos; numa altura em que as forças do Imperialismo pertendem colocar em território euro-

peu terríveis armadas de destruição massiva, justificando com acontecimentos por ele próprio «fabricados» noutras partes do Mundo, importava ouvir alguém, que representando um grande movimento de opinião pela paz, nos falasse de algumas questões vitais relacionadas com a corrida aos armamentos, a paz e a possibilidade de a manter.

«Alavanca» recolheu os depoimentos do general Costa Gomes, membro da presidência do Conselho Português para a Paz e a Cooperação e do Conselho Mundial da Paz, figura mundialmente reconhecida como um estoico defensor da paz mundial.



ALAV. — Qual o papel do Conselho Português para a Paz e a Cooperação e como se desenrola a sua actividade?

C.G. — O Conselho Português para a Paz e Cooperação é, tal como as organizações congéneres de outros países, uma associação de elementos dos mais vastos quadrantes políticos, sociais e religiosos cujo objectivo principal é a defesa da paz, a sua manutenção e a defesa e apoio às decisões das Nações Unidas sensibilizando para elas a opinião pública internacional e os Governos de todo o Mundo.

ALAV. — Pode-se concluir que o Conselho Português para a Paz e a Cooperação é um órgão de apoio das Nações Unidas, ou mais do que isso, é um órgão militante pela paz?

C.G. — É realmente mais do que um órgão de apoio, é um órgão activamente militante pela paz. Mas nesta altura está intimamente ligado às Nações Unidas, não só à Assembleia Geral e ao Conselho de Segurança como a todas as agências especializadas das ONU, tais

como a UNESCO, UNICEF, FAO, etc.

ALAV. — Como deve ter conhecimento, há determinados quadrantes da sociedade portuguesa que fazem permanente conotação do Conselho com um ou mais partidos de esquerda. Isto leva-nos a interrogá-lo sobre a veracidade de tais afirmações?

C.G. — Realmente várias entidades e, sobretudo uma certa imprensa de direita, tem identificado o Conselho da Paz como veículo de certos partidos políticos, em especial, do Partido Comunista e, muito particularmente, da União Soviética. É claro que se trata de uma calúnia que tem por objectivo denegrir o papel do Conselho da Paz. Esta organização é constituída por vastos leques da sociedade portuguesa, por elementos de vários quadrantes políticos, evidentemente, desde que não sejam reacçãoários. Na presidência do Conselho Português para a Paz e a Cooperação temos elementos do Partido Socialista, do Partido Comunista, independentes, católicos, padres católicos, protestantes, etc.

ALAV. — Concretamente, quais são as actividades a

nível nacional e internacional do Conselho da Paz?

C.G. — A principal actividade do Conselho Português da Paz, e é a principal porque é considerada a questão mais importante com a qual o mundo se debate, é a luta pelo desarmamento. Esta deve constituir a principal actividade dos Conselhos da Paz de todo o mundo, porque se pensa que esta componente é a principal alavanca para a obtenção da paz.

Todos sabemos que a defesa da paz não passa só por um conjunto de ideias e medidas ligadas ao sector militar, pois a paz tem ou-

tras componentes importantes tais como, as questões de ordem política (talvez a de maior importância), e social. Em todos estes sectores da vida se deve fazer um esforço real para a manutenção da paz.

Recentemente o Papa

João Paulo II alertou para outro aspecto de grande importância na manutenção da paz — a informação e a verdade. Ele acha que a paz está intimamente ligada à verdade; a mentira é um inimigo da paz e que a informação dos meios de Comunicação Social, é essencial para a formação de uma opinião pública virada para este grande objectivo.

As Nações Unidas consideram que entre os sectores que podem influenciar directamente a paz, o desarmamento é o mais importante de todos. A acumulação de armas, especialmente de destruição massiva, pode desencadear uma guerra com efeitos catastróficos. Basta dizer que só o potencial bélico dos EUA e da União



Soviética chegam para destruir várias vezes o Mundo.

É por isso que apelamos firmemente para o fim da corrida aos armamentos e para o início das conversações sobre o desarmamento.

Na última década registaram-se três acontecimentos de grande importância; sem dúvida passos em frente na luta pela paz.

Refiro-me ao Tratado de Helsinqui, à sessão especial das Nações Unidas para o desarmamento e à assinatura dos acordos SALT II. Apesar de todos estes sinais positivos, o que se tem verificado é uma tendência generalizada para o aumento dos orçamentos militares e consequentemente, para o rearmamento.

entrevista

A PAZ E O DESANUVIAMENTO



Para além do perigo para a paz que advém do aumento dos orçamentos militares, estamos convencidos que não se poderão resolver muitos dos graves problemas sociais, tais como, a fome, a miséria, a doença, o desemprego, se as verbas fabulosas que hoje são destinadas às armas, não forem desviadas

para a resolução dos problemas vitais de milhões de seres humanos.

ALAV. — Entretanto, enquanto milhões de seres humanos se batem pela paz, os EUA decidem colocar os novos mísseis CRUISE e PURSHING na Europa Ocidental. O que pensa o sr. general desta medida?

C.G. — A colocação dos novos mísseis nucleares

na Europa é um grande erro do qual podem advir trágicas consequências, sobretudo, para os países europeus. É erro, por variadíssimas razões. Em primeiro lugar porque vai aumentar a corrida aos armamentos. Em segundo lugar porque vai transferir apenas para a Europa o hipotético palco de guerra. A Europa não tem absoluta-

mente nada a lucrar com a colocação dos PURSHINGS e dos CRUISE. Felizmente que já muitas pessoas estão conscientes desta realidade e lutam contra a colocação dos mísseis, assim como, pela abertura de negociações para a redução das armas estratégicas.

ALAV. — Perante tal realidade, qual tem sido a posição dos Governos dos vários países da Europa Ocidental em relação à colocação, em territórios seus, das armas atômicas?

C.G. — Não posso dizer-lhe que conheça em pormenor o que se passou na reunião de Dezembro da NATO, onde foi decidido colocar os mísseis na Europa. No entanto, as reacções que têm havido e que certamente correspondem a uma atitude tomada por esses países no selo da NATO dão-nos algumas pistas. Sabe-se que a Noruega, a Dinamarca, a Holanda e a Bélgica puseram muitas objecções à colocação dos mísseis na Europa, apresentando-se os dois primeiros países abertamente contra tal acto.

Esta questão é muito mais importante do que à primeira vista pode parecer, porque se esses países não tiverem armas atômicas no seu território, têm a garantia de que não serão atacados em caso de conflito. Ao passo que se tiverem, mesmo que seja só em depósito, são certamente alvos preferenciais.

ALAV. — Tal como já afirmou, na luta pela paz há que ter em conta, não só aspectos de ordem militar, mas



também
mica e
ser um
resolu
existên
militari
ros e
com u
nante
plo, do

C.G.
os co
dustri
de pr
tantes
tica d
Mas n
há va
Améri
Frânç
etc., q
so est
ção d
rindua
organiz
dedica
jektiv
transf
mento
mesm
econó

Pol
União
sindic
ingles
os re
que h
para a
se fos
Indúst
uma
prego,
para o
sem, 2
sultad
Tod
Indúst
cipalm
cadas,
que a
mais e
las qu
peço

ALA
ropa,
do glo
aumen
na zon
pertene
paz, a
os cont
armam

Esta
mental
onde o
teresse
tament
tante z
que o
zona é
centra
guerra

também de ordem económica e política. Não pensa ser um entrave importante à resolução deste problema a existência dos complexos militares-industriais, verdadeiros emporários económicos com uma influência determinante na política, por exemplo, dos EUA?

C.G. — Não há dúvida que os complexos militares-industriais, são elementos de pressão muito importantes, na orientação política do povo americano. Mas não há dúvida que já há várias entidades na América, na Inglaterra, na França, Bélgica, Áustria, etc., que se têm dedicado ao estudo da transformação dos complexos militares-industriais em outras organizações industriais dedicadas à paz, com o objectivo de concluir se esta transformação traria aumento de desemprego, ou mesmo, um desequilíbrio económico.

Pois, estudos feitos pela União Soviética, pelos sindicatos americanos e ingleses vieram provar que os recursos financeiros que hoje são utilizados para a indústria de guerra, se fossem aplicados numa indústria pacífica, trariam uma vantagem de emprego, de lucro e bem estar para os países que o fizessem, 25% superior aos resultados hoje obtidos.

Todos sabemos que as indústrias de guerra, principalmente as mais sofisticadas, são as indústrias que aplicam uma técnica mais evoluída e são aquelas que empregam menos pessoal.

ALAV. — Para além da Europa, existem outras zonas do globo onde as tensões aumentam. Nomeadamente na zona do Índico, por muitos pertencida com uma zona de paz, aumentam diariamente os contingentes militares e os armamentos.

Esta é uma zona fundamentalmente petrolífera, onde os EUA têm grandes interesses a defender, e certamente também uma importante zona estratégica. Será que o armamentismo nesta zona é uma tentativa de descentralização do perigo de guerra?

C.G. — Não há dúvida que todos os conflitos que têm deflagrado depois da II Guerra Mundial, fora da Europa, não têm levado a uma guerra generalizada, embora tenham feito muito mala vítimas do que se possa pensar. E nalgumas, como a do Vietname, tivesse empregue um potencial militar que é muito superior àquele que se possa imaginar. Basta dizer que a quantidade de explosivos empregue pelos americanos no Vietname foi superior à utilizada na Guerra Mundial. Mas não deixa de ser verdade que é na Europa que estão frente a frente os dois blocos militares mais poderosos. Por outro lado, é importante lembrar que 80% dos armamentos estão nesta zona. É claro que o Médio Oriente tem uma importância económica extraordinária, pois 60% das riquezas económicas mundiais encontram-se precisamente nessa região.

Quanto aos últimos acontecimentos aí despoletados, nomeadamente no Afeganistão, não me parece que possam conduzir à guerra. Por várias razões, a principal das quais, porque os Estados Unidos sabem, certamente melhor do que eu, que uma guerra naquele teatro ser-lhe-ia bastante desvantajosa. Embora haja concentrações militares nessa zona, não me parece que essa fricção possa levar ao conflito. Mas a colocação dos Púshins e Crúzelnos na Europa, essa pode, porque é uma ameaça directa à URSS e restantes países do Pacto de Varsóvia. E, para além disso, é uma violação dos acordos SALT II.

ALAV. — Portugal está na Europa, a NATO está instalada em Portugal, a guerra se deflagrasse teria consequências catastróficas para os povos do nosso continente.

Qual o papel estratégico militar das bases dos Açores, que perigo daí advém para os portugueses em caso de confronto?

C.G. — É claro que as Lajes e Porto Santo são

uma plataforma extraordinariamente importante, sobretudo, para a guerra anti-submarina. A sua principal missão, devido à sua situação privilegiada, é de observar toda a rota marítima do Atlântico Norte, por onde passa a maioria dos navios mercantes.



Já na II Guerra Mundial a ocupação das Lajes teve uma importância muito grande no combate anti-submarino. Hoje continua a ser esse o principal papel das Lajes.

Quanto a ser utilizada como base para uma ofensiva a países europeus, penso que não há esse perigo, pois existem outras mais importantes e mais bem situadas à volta dos países socialistas. A volta da URSS e dos restantes países socialistas há uma série de bases que formam um anel envolvente.

ALAV. — O que pensa do papel que o Movimento Sindical Unitário, nomeadamente a CGTP-IN, tem desenvolvido na luta pela paz?

C.G. — Bom, em primeiro lugar quero dizer que há muitos elementos da direcção da CGTP-IN que pertencem à presidência do Conselho Português para a Paz e Cooperação. Mas extrapolando aquilo que se passa em todo o mundo, posso dizer que os trabalhadores portugueses são uns lutadores consequentes pela paz. Por condição de classe o trabalhador é um inimigo

da guerra e um defensor incondicional da paz.

Por várias vezes tive a oportunidade de me encontrar com os trabalhadores, por exemplo, no Barreiro, Almada, na Marinha Grande onde os sindicatos promoveram sessões a favor da paz.

Devo dizer-lhe que, de uma maneira geral, o interesse por esta questão é enorme e que, nalguns casos no período de perguntas e respostas se não fossemos nós a ter de dar por terminadas as sessões, as perguntas continuariam por tempo indeterminado.

FINALMENTE UM APELO. UM DESEJO DE UM HOMEM QUE, COMO TANTOS OUTROS, LUTA PELA PRESERVAÇÃO DA PAZ, COMO FORMA DE SE CONSEGUIREM AS REAIS CONDIÇÕES PARA A CONSTRUÇÃO DE UM MUNDO MELHOR, NA QUAL TODOS OS TRABALHADORES ESTÃO EMPENHADOS.

Últimas palavras do general Costa Gomes à Alavanca:

— Desejaria que todos nós nos consciencializássemos do gravíssimo perigo que corremos com esta corrida desenfreada aos armamentos. Não pode haver guerra! Estamos numa era em que os meios de destruição são tão potentes que uma guerra pode representar o fim da Humanidade.

A paz é possível! É necessária mais confiança e mais assiduidade na realização das conversações de paz. A Conferência de Helsinquia mostrou ser possível o entendimento entre os povos, principalmente com a subscrição, por 35 países, dos célebres 10 pontos que regulamentam as relações internacionais. No campo militar também não é difícil chegar a conclusões desde que haja boa vontade. Espero que todos juntos possamos preservar a paz e estabelecer uma cooperação que conduza ao bem estar de todos os povos.

PARA UM BALANÇO DA ORIENTAÇÃO E ACÇÃO DO MOVIMENTO SINDICAL

Os direitos e liberdades dos trabalhadores

1 — As leis começam a ocupar-se do trabalho assalariado e dos trabalhadores — e a estabelecer certas formas de defesa em até, de promoção dos interesses destes — por razões de ordem objectiva (o desenvolvimento do capitalismo) e subjectiva (a formação do Movimento Operário e a luta dos trabalhadores). Nada que possa corresponder a uma súbita tomada de interesse de homens bem pensantes ou de legisladores humanitários pela sorte dos trabalhadores. Em última análise é da própria sobrevivência do sistema capitalista que se trata.

Não será de mais insistir em que, ao regular o trabalho, mesmo quando aceita normas de «protecção» dos assalariados, o Estado está, antes de tudo o mais, a legitimar e a perpetuar a exploração do trabalho por aqueles que não produzem, mas que são os donos dos meios de produção.

É por isso, por exemplo, que não poderá esperar-se do conhecido princípio do **tratamento mais favorável ao trabalhador** aquilo que ele não pode dar. Como os juristas, mais ou menos interessadamente, se encarregam de demonstrar, o «favorecimento» do trabalhador esbarra com um limite intransponível posto pela própria lei que proíbe, em muitos casos, a prevalência dos interesses dos trabalhadores e consagra a supremacia de outros interesses identificados com os do próprio Estado. Quais interesses? Os relativos à perpetuação da ordem capitalista da sociedade. O limite que a lei impõe é verdadeiramente **desmistificador**.

Chega um ponto em que as convenções colectivas não podem ter primazia sobre a lei. Se, acaso, os interesses dos trabalhadores pudessem pre-

valer sempre isso corresponderia a uma alteração das próprias relações de produção: os donos dos meios de produção estariam a abdicar dos poderes necessários para o respectivo controlo. O Estado capitalista estaria a aceitar os mecanismos da sua própria destruição enquanto tal, ou seja, a regulamentar as condições da sua própria mudança pacífica para as mãos dos trabalhadores.

É bem certo que as leis do trabalho veiculam ideias de progresso social, consagram direitos e garantias, registam limites à exploração dos trabalhadores. Para isso, quantos sacrifícios e quantas lutas!

Mas não será por uma via progressiva e evolutiva de reformas sociais que uma nova sociedade poderá ser criada. Para que as leis possam assumir a defesa e promoção dos interesses dos trabalhadores em supremacia sobre o resto da sociedade, terá que mudar primeiro a natureza do Estado e das forças sociais que o dominam.

Esta é, deve notar-se, uma **linha de demarcação entre o Movimento Sindical de classe e as forças reformistas que inspiram o divisionismo**. As últimas cultivam a crença na mudança da sociedade através de reformas sociais operadas pelo Estado capitalista, procurando desviar os trabalhadores da luta revolucionária.

2 — Naturalmente, o Movimento Operário Sindical está interessado nas reformas sociais e, aliás, tem sido, historicamente, o seu principal impulsor.

No plano da legislação do trabalho, os trabalhadores procuram — e muitas vezes conseguem — o estabelecimento de limites à exploração capitalista e o alargamento

dos seus direitos e liberdades individuais e colectivas. Mas não só isso.

O Movimento Sindical luta pela diminuição e pelo controlo do poder absoluto do patronato sobre o processo produtivo e sobre a empresa, através do alargamento da influência dos trabalhadores nas decisões económicas e sociais. É este o sentido da reivindicação de direitos de acção sindical nos locais de trabalho, da existência de órgãos permanentes de representação do conjunto dos trabalhadores, sindicalizados ou não, da empresa (caso das CT's), da intervenção dos órgãos representativos dos trabalhadores relativamente à gestão da empresa (ainda que não assumam a forma de **controlo de gestão**).

Algo de semelhante se passa a nível geral da sociedade, não tendo outro sentido as reivindicações de **participação** em diversas instâncias e actividades do próprio poder político e das suas decisões, designadamente, no plano económico e social (p. ex. a participação na gestão da Segurança Social ou no Conselho Nacional de Rendimentos e Preços, que, significativamente, tem sido «congelada» apesar de reconhecida constitucionalmente); Se os trabalhadores conseguem participar em decisões tradicionalmente reservadas ao Estado, isso significa, em sociedade capitalista, que tais decisões deixam de ser **exclusivamente** determinadas pela classe dominante burguesa. Os próprios mecanismos **tripartidos** — que fazem intervir em conjunto os trabalhadores, o patronato e o Estado, em certas decisões e órgãos de política económica e social (é o caso da OIT, com especial relevância devido à sua projecção em toda a comunidade

internacional) — em vez de conseguirem um aumento dos poderes do patronato, **conservam-nos**, ao mesmo tempo que **alargam** os direitos dos trabalhadores.

Aqui se situa outra **linha de demarcação relativamente ao reformismo que inspira o divisionismo**. O Movimento Sindical de classe encara e utiliza estes direitos dos trabalhadores, na perspectiva de uma mudança revolucionária da sociedade, isto é, da natureza do poder do Estado. O reformismo encara-os numa perspectiva de conciliação entre **parcelas sociais** destinada a anular o impacto transformador dos novos direitos e a conservar operativos e eficazes, com ropagem diferente, os mecanismos da exploração e do poder capitalistas.

A gravidade da **traição** do reformismo ainda é maior quando circunstâncias históricas peculiares levam as leis a conceber alguns direitos dos trabalhadores como sendo, eles próprios, **instrumentos** dessa transformação revolucionária da sociedade, ainda por realizar (desde logo, ao nível do poder do Estado). É o caso da Constituição Portuguesa em vigor, que não poderia ser mais clara: são reconhecidos direitos colectivos de intervenção na empresa e a nível político geral no quadro de um «processo revolucionário de construção do poder democrático dos trabalhadores» (v. arts. 55.º, n.º 1 e 90.º) ele próprio definido como instrumento de **transição** para uma sociedade socialista (v. art. 2.º). E que fazem os reformistas de serviço ao divisionismo? Juntam as vozes do grande capital (e aos seus representantes no Governo e na Assembleia) reclamando uma «concertação», uma «participação», um «tripar-

tismo», um «diálogo com os parceiros sociais» que já estão fora do tempo. O único sentido de tais apoios é legitimar a partilha com o patronato de direitos que a lei **não** lhe reconhece visto os atribuir exclusivamente aos trabalhadores. Veja-se a propósito o caso da participação na elaboração da legislação do trabalho.

Considere-se também o despender com que os reformistas alinham com os ideólogos do grande capital na descaracterização do **controle de gestão em co-gestão**, do mesmo passo que ensinam transformar as comissões de trabalhadores em órgãos da própria empresa, submetidas à hierarquia do patrão.

Tudo isto se liga, afinal, com a questão da defesa do regime democrático — constitucional, a qual perspetiva a **não separação** entre a democracia formal e os fundamentos de uma democracia económica e social anticapitalista. Vestir os direitos colectivos dos trabalhadores, reconhecidos na Constituição Portuguesa, à moda europeia; admitir, no exercício dos direitos dos trabalhadores, um pluralismo onde caiba também o patronato — são atitudes que abrem brechas na linha de defesa da Constituição. E defender **este texto**, que contém a armadura jurídica da Revolução e formaliza o regime dela saído, é, como se sabe, a forma de lutar, a prazo, pela mudança da sociedade e da natureza do Estado.

3 — A Revolução portuguesa oferece um exemplo quase académico sobre a origem característica dos direitos dos trabalhadores, conquistados na luta, arrancados duramente um a um ao patronato. É adequada a utilização desta linguagem **quase militar** quando nos referimos aos direitos dos trabalhadores porque eles são os resultados (contingentes) de batalhas vitoriosas nesta longa guerra ainda não terminada que vai retirando terreno e iniciativa histórica, e há-de regitar o poder, ao capital. Divergimos, também aqui, dos que traduzem em motejo a incomodidade que sentem quando falamos nas **conquistas dos trabalhadores** (ou da Revolução) e na determinação de as defender.

Sabemos o que se passou. Os trabalhadores alargaram os seus direitos **apesar** contra o poder político das sucessivas fases da Revolução. O caso da greve (face ao decreto antigrève de Spínola e Sá Carneiro) é típico. Mas recorde-se a proibição prática do despedimento, a prática da autogestão e a imposição do controlo de gestão muito antes que a lei o viesse reconhecer. A contratação colectiva antecipou praticamente **todas** as transformações progressivas que a legislação geral veio depois a contragosto consagrar (é exemplar o caso da lei das férias, faltas e feriados). Foi-se muito longe nos contratos colectivos, superando a mera fixação de salários mínimos. Hoje, ainda, o patronato vê-se e deseja-se para conseguir retirar dos «clausulados» as tais conquistas dos trabalhadores. E foi-se longe também no aspecto qualitativo — ao ponto de se chegar a contestar o cerne dos poderes da entidade patronal, designadamente em matéria disciplinar.

É claro que esta génese da regulamentação jurídica do trabalho posterior ao 25 de Abril haveria de reflectir-se na fisionomia actual do sistema. Foram sendo resolvidas as questões mais prementes para os trabalhadores (o salário, o direito ao emprego, o combate à repressão patronal, o direito à disponibilidade pessoal e ao repouso, etc.). Tratou-se de exercer e fazer

considerarmos as proclamações política e socialmente avançadas da Constituição — as coisas continuam praticamente como o fascismo as fez. Referimo-nos à duração e horário de trabalho, à formação profissional, à higiene e segurança, à prevenção e reparação de acidentes de trabalho e doenças profissionais, etc.

Mas até aí a prática tem demonstrado ser entre os trabalhadores que se encontra a força criadora, a disponibilidade e o conhecimento da realidade necessários para se avançar. Temos em vista, por exemplo, a **nova lista de doenças profissionais** para cuja elaboração — como foi oficialmente reconhecido — contribuiu decisiva (e quase exclusivamente) a CGTP-IL.

Mas se os trabalhadores tiveram de fazer face a um poder político recuado e cheio de contradições perante o avanço revolucionário, deveriam notar-se que soberaram utilizar o apoio do aparelho de Estado quando com ele puderam contar. Sabe-se que a questão da **unicidade** (passe a impropriedade da expressão para designar a **unidade garantida por lei**, impropriedade de que se aperceberam e tiraram partido os reformistas e o grande capital foi afinal isso. E é também concludente a forma como o Ministério do Trabalho de então — na base do reconhecimento da liberdade sindical e da liquidação do corporativismo — conse-

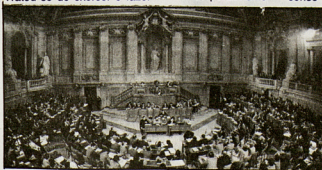
essa «liberdade» de sinal contrário que é a de grande patronato e as multinacionais voltarem a explorar e a reprimir como faziam antes.

Eis, portanto, mais uma **linha de demarcação relativamente ao reformismo que inspira o divisionismo**. Se exercem influência no poder do Estado, os reformistas conciliam com o grande capital cuja política executam até chegar o momento de outros terem condições de o fazerem melhor do que eles (é aqui que entra o célebre questionário da «competência»...). Quem inventou o «teto salarial»? Quem fez a lei dos contratos a prazo? Quem «liberalizou» os despedimentos? Quem fez a lei das empresas em «situação económica difícil»? Quem fez a lei das quotizações sindicais? Quem fez leis da auto-gestão e do controlo de gestão, não para defender estas conquistas, mas antes para **permitir** que sejam postas em causa? Quem manteve a Inspeção do Trabalho e os Tribunais de Trabalho tal qual como eram antes?

4 — Todos o sabem. A legislação laboral anti-operária foi uma das linhas de ataque da política de recuperação capitalista. Sê-lo-á também na fase qualitativamente nova (**restauracionista**) em que nos encontramos. Tal é a importância dos direitos dos trabalhadores no regime democrático, que não é difícil prever que eles estarão em causa no contexto da revisão constitucional.

A legislação do trabalho tem espelhado os protótipos (e as cedências) do poder político comprometido na recuperação e restauração monopolista. Mas está longe de corresponder às **necessidades** objectivas de uma recomposição das bases do poder monopolista. Quem esquecerá a atitude daquele secretário de Estado da Indústria que, no decurso das negociações com a Ford, assumindo publicamente a crítica dessa grande empresa estrangeira à legislação do trabalho em vigor, considerada «desincentivadora do investimento»? Quem poderá deixar de ler nas entrelinhas das solenes declarações do propósito de moldar as leis do trabalho português pela cartilha «europeia»?

A realidade económica e



Assembleia da República, palco da luta de classes no plano legislativo

consagrar os grandes direitos colectivos (a greve, a contratação colectiva, a liberdade sindical, as CT's).

Não houve força — ou até faltou clareza histórica — para entrar a fundo noutros domínios, ultrapassando os meros vantagens imediatas que, nesses aspectos, os contratos colectivos foram aqui e ali conseguindo. Em muitos desses casos — se não

gulu utilizar a favor dos trabalhadores o diploma sobre a contratação colectiva (DL 49 212) feito nos últimos anos do fascismo para... defender o patronato.

Para os trabalhadores foram esses os períodos da história portuguesa em que existiu **maior liberdade**. Não foram os trabalhadores quem, em nome da liberdade, criou as condições para restaurar

POLÍTICA ECONÓMICA E SINDICALISMO

Com o agravamento da crise geral do capitalismo e a deterioração das condições de vida dos trabalhadores tem-se alargado e generalizado o debate dos problemas económicos e das alternativas que se colocam.

Hoje, os trabalhadores e, mais particularmente os activistas sindicais dão uma grande importância ao estudo e análise da situação económica da sua evolução e perspectivas. Parte essencial da batalha ideológica a compreensão dos fenómenos económicos tem desempenhado um papel de primeiro plano no salto qualitativo do Movimento Sindical.



«O aumento de preços favorece os capitalistas em prejuízo dos trabalhadores, mesmo que estes consigam actualizar os seus salários»

...Na Europa capitalista.

O facto é o sindicalismo já não se contentar com as lutas por «melhores salários e menores horários» (ou seja, lutas contra a «exploração absoluta», pela diminuição da mais valia absoluta) e concentrar-se também na mais valia relativa, pondo em causa o poder do patronato nas empresas e fomentando o controlo da gestão pelos trabalhadores — no fundo, a questão do Estado e do poder económico. O ritmo do trabalho, a organização do trabalho, a produção e a produtividade, os investimentos industriais, e controlo de gestão e a ligação entre as condições de trabalho e as condições de vida (transportes, habitação, saúde, educação, cultura e tempos livres) são aspectos constantes na acção sindical de hoje que vão de encontro às novas necessidades dos trabalhadores, às formas de exploração e racionalização de produção (e que colocam até novas necessidades organizativas).

A crise em que o sistema capitalista está mergulhado, cuja profundidade se demonstra também no falhanço da ideologia dominante, a ideologia da grande burguesia e das multinacionais, que não conseguem apresentar soluções viáveis ou críveis para os problemas que se põem, é uma crise pro-



«O problema da energia»

funda que atinge as áreas não só económico-financeiras mas também sociais, culturais, ideológicas e políticas.

Ao aparecimento e agravamento da crise não pôde, ou não quis, o movimento sindical europeu, predominantemente reformista apresentar uma alternativa autónoma e de classe às medidas restritivas que se foram sucessivamente aplicando. A análise «pura» e deturpada das variáveis económicas serviu para «justificar» as medidas de contenção salarial, de ataque aos direitos sindicais e ao direito ao



«O problema da energia componente da crise do capitalismo»

funda que atinge as áreas não só económico-financeiras mas também sociais, culturais, ideológicas e políticas.

Ao aparecimento e agravamento da crise não pôde, ou não quis, o movimento sindical europeu, dominantemente reformista apresentar uma alternativa autónoma e de classe às medidas restritivas que se foram sucessivamente aplicando. A análise «pura» e deturpada das variáveis económicas serviu para «justificar» as medidas de contenção salarial, de ataque aos direitos sindicais e ao direito ao

trabalho, de cortes nas despesas sociais em resumo, de intensificação da exploração dos trabalhadores. Serviu para erigir a «confiança» no sistema o futuro deste, em objectivo em si da política económica, de forma a garantir-se o generoso investimento privado que criaria os postos de trabalho, aumentaria a produção e faria tudo retornar à desejada sociedade de consumo e de bem-estar.

Desde o «pico» inferior da crise, em 1975, que a discussão entre a corrente pela prioridade no combate à inflação — consubstan-

ciada nas posições oficiais do FMI, da OCDE e dos seus sete grandes países capitalistas — e a corrente pela prioridade no combate ao desemprego — nomeadamente defendida pelos sindicalistas e alguns poucos países — veio demonstrar a incapacidade do sindicalismo reformista em «convencer» os responsáveis políticos a alterarem a crescente concentração de capital e os mecanismos aí conducentes.

Preso nas armadilhas da lógica formal, na correspondência sem compartilhar o poder, verifi-

cando o agravamento sucessivo do nível de vida dos trabalhadores e a deterioração do seu mercado de trabalho, os últimos anos têm mostrado um **crescendo reivindicativo** do sindicalismo reformista, em formas e objectivos, que reflecte bem a evolução da consciência de classe dos trabalhadores em geral.

O reforço da unidade na acção entre as diversas correntes sindicais e da cooperação entre as organizações dos diversos países encontram assim melhores condições para frutificar na base dos interesses de classe dos trabalhadores.

... E em Portugal

A formação da Intersindical Nacional em 1970 correspondia aos avanços organizativos já então verificados e reflectia uma realidade importante do movimento sindical: sob o fascismo, a luta reivindicativa era desde logo luta política e ao confronto na empresa seguia-se o combate fora dos seus muros.

A defesa face à repressão selectiva e a orientação revolucionária predominante levaram ao desenvolvimento de formas organizativas tendentes a privilegiar a acção de massas e a democracia de base.

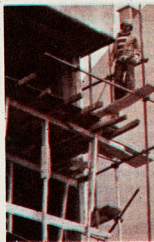
Luta política e democracia de massas, duas faces do mesmo movimento sindical, que emergiu à luz da liberdade com a força e pujança correspondentes e que lhe permitiram desde logo jogar um papel de primeiro plano na consolidação das liberdades democráticas e sindicais e na institucionalização do novo regime democrático.

Sobrepondo correctamente o **plano principal no plano político, o fascismo, e o inimigo principal no plano económico, os monopólios e os latifundiários**, os trabalhadores avançaram no combate à sabotagem económica, na criação do controlo operário, no desenvolvimento da reforma agrária e das nacionalizações.

A melhoria do nível de vida, a defesa do emprego foram os objectivos prioritários do movimento sindical que se traduziram por transformar os anos de 1974 a 1975 naqueles em que foi superior a parte relativa dos salários no rendimento nacional e em que estes aumentaram mais do que os preços.

As grandes transformações económicas verificadas com o avanço da luta dos trabalhadores vieram a dar um conteúdo rico e avançado ao regime democrático institucionalizado pela Constituição. Ao contrário do que sucede nos países capitalistas europeus, a grande burguesia foi despossada do seu poder económico e é no Estado que se concentram os principais centros de acumulação de capital e os sectores chaves da economia.

Estas condições permitem que a planificação



Pelo direito à habitação!

económica, democraticamente decidida, possa ser implementada e que os objectivos nacionais se sobrepõem aos da minoria exploradora.

A enorme contradição entre as transformações estruturais, de fundo, que se verificaram no poder económico, e as tentativas de aplicação das medidas típicas recitadas pelo Fundo Monetário Internacional, conduziu ao agravamento da situação económica do país e pôs em causa as possibilidades para a saída da crise. Esta contradição reflectia, ao fim

ECONOMIA E SINDICALISMO

e ao cabo, que as transformações revolucionárias o foram, impostas pelo desenvolvimento da luta de massas, e que as políticas económicas, ou mais propriamente, monetárias e financeiras, decididas no aparelho de Estado, mais longe da influência directa da correlação de forças social e mais perto das contradições e jogos partidários.

Esta situação, que levou à não concretização dum modelo alternativo da produção e do consumo, veio ser aproveitada pelos seus próprios responsáveis, os defensores da recuperação capitalista, para atacar a «incapacidade» de decisão económica, numa demagogia eleitoral que contribuiu para os resultados das últimas eleições.

A verdade porém é que não foram as nacionalizações, a reforma agrária, o controlo de gestão ou os responsáveis pela deterioração da situação económica, mas sim a política de recuperação capitalista, agrária e imperialista que introduziu os factores de instabilidade e de injustiça que caracterizam a nossa actual situação.

Da recuperação capitalista...

A (in)coerência das medidas aconselhadas pelo FMI (curiosamente sempre as mesmas qualquer que seja o país-vítima) repousa na constatação que é necessário diminuir a procura (constituída pelo consumo privado, consumo público, investimentos e exportações) porque não há produção suficiente para a satisfazer, e desta forma, diminuir o déficite do país com o exterior, o déficite do orçamento do Estado e as pressões inflacionistas. Como não se pode actuar contra os investimentos, dizem, tomam-se medidas consideradas necessárias para diminuir o consumo

privado — contenção de salários, restrições ao crédito — para diminuir o consumo público — nas despesas sociais, aumentos de impostos — para fomentar as exportações e dificultar as importações — desvalorização da moeda.

Para Portugal, cujo modelo de crescimento assentou fundamentalmente nos baixos salários, na fraca produtividade e altas taxas de exploração dos trabalhadores, os sectores

e como consequência destas, o Estado passou a ser o responsável por cerca de metade do investimento realizado no País (quando o é apenas em um quarto da produção ou um quinto do emprego). Mas é uma metade cujo peso qualitativo é quase absoluto pois abarca todos os principais sectores de base, produtores de bens de produção e os principais centros de acumulação no sector financeiro, ou seja,

economia, a desnacionalização de sectores-chave e de empresas vitais, a reconstituição do poder dos monopólios.

...

No actual contexto, a integração no Mercado Comum tem sido propagandeada como meio para garantir esse reequilíbrio/desequilíbrio em favor do sector capitalista e encontra por isso fundadas suspeições por parte dos trabalhadores. Interessados na construção da Europa dos trabalhadores e na liquidação da Europa dos «trusts».

(A questão do Mercado Comum veio no entanto colocar uma questão de importância primordial para o processo revolucionário que, no entanto, a ele não se restringe. Trata-se da relação entre a saída da crise, assente em medidas de âmbito territorial limitado, e a alteração da ordem económica internacional, também na Europa. Não partilhamos a visão de pessimismo passivo daqueles que se mostram convencidos encontrar o novo destino nas mãos de outrém, para melhor se autajustificarem das medidas cometidas.

A melhor forma de assegurar a evolução positiva da Nova Ordem Económica Internacional é garantir a nível interno o combate eficaz aos seus principais oponentes — as multinacionais — e desviar, no plano internacional, uma política de interdependência e de cooperação alargada).

...

Fechado este parêntese, resta acrescentar que se a política monetária-financeira, põe directa e reconhecidamente em causa o futuro desenvolvimento do país, também não tem conduzido à melhoria da situação conjuntural do País. O desemprego tem-se acentuado, o



«Do crescente desemprego que se verifica no nosso país podem e devem ser responsabilizados os sucessivos governos»

económicos que por isso receberam impulsos mais fortes são precisamente os que agora estão mais em causa pelo ascenso dos chamados novos países industrializados. Estes conseguem, por exemplo, colocar as suas confecções na Europa a preços mais competitivos que os aqui produzidos, numa situação a que não é estranho o deslocamento das multinacionais para esses países.

Complementarmente, a evolução do investimento não deixa de levantar sérias preocupações para o futuro. Se, mesmo na receita geral, o investimento aparece mais como pretexto para acelerar a acumulação de capital nas mãos da grande burguesia e das multinacionais, no caso português a situação torna-se ainda mais grave.

Depois das nacionaliza-

ções que tem uma importância estratégica para o futuro. Os efeitos na economia nacional, por exemplo, das dezenas de milhões de contos que o sector de electricidade ou dos transportes se propõem investir no futuro próximo só por ignorância podem querer comparar-se aos investimentos de grupos privados (em que o maior não deve ultrapassar o milhão de contos e em que os sectores destinatários são de produção para consumo ou de serviços).

É neste ponto que se torna ainda transparente a **confluência dos objectivos político-económicos da recuperação capitalista e dos objectivos monetário-financeiros da política de recessão, atraso e dependência:** a diminuição absoluta e relativa da parte actualmente determinante do Estado na

que ninguém nega, a inflação, pressupostamente objectivo prioritário, tem-se mantido aos mais altos níveis europeus, e o défice externo deve em grande parte à sua melhoria à concentração de remessas de emigrantes nos últimos dois anos.

A política dita anti-inflacionista é um exemplo das contradições que se verificam no cume da crise actual. Como é sabido o aumento de preços interno favorece os detentores do capital em prejuízo dos trabalhadores mesmo que estes periodicamente consigam actualizar os seus salários. No entanto, a existência de diferentes ritmos inflacionistas nos diversos países e o desregulamento dos mercados monetários internacionais, são realidades que reflectem a nova distribuição dos mercados mundiais devidos à diminuição da área de acumulação do capital e à ascensão do poder económico da RFA e do Japão e o enfraquecimento do imperialismo norte-americano.

Toda a luta «teórica» que se trava em torno das medidas tendentes a diminuir os ritmos inflacionistas e promover as políticas de «ajustamento positivo», nos termos da OCDE, reflectem a luta pela partilha constante dos mercados mundiais e o controlo das fontes de matérias primas e energéticas. O problema da energia aparece hoje como responsável pela crise do capitalismo de que é final um reflexo e bem grave para os consumidores). Que assim o é, prova-o a própria evolução da inflação internacional, sempre em crescente aceleração apesar das medidas de controlo da massa monetária e creditícia.

De concreto o resultado alcançado pelas medidas foi a **plúria das condições de vida dos trabalhadores e o reforço de acumulação do capital** sem qualquer correspondência no incremento do investimento, que era o pretexto utilizado.

Também em Portugal (ou ainda mais acentuadamente no nosso país porque as medidas toma-

das «foram exageradas» dizem agora os seus responsáveis, a política tipo FMI proporcionou o **alibi técnico-político** para o brutal agravamento das condições de vida e a desvalorização da força de trabalho nacional e tornam ainda mais urgente e importante a concretização duma alternativa democrática e constitucional.

...À alternativa democrática

O fatalismo que nos pretendem insultar da inevitabilidade da política de recessão actual, mesmo que a discussão das questões de fundo, que se põe a nível do **modelo económico e do nosso lugar na divisão internacional do trabalho**.

Não se cuida de executar o projecto constitucional, basta deslocar o eixo de discussão para as variáveis económicas «neutras» que interessam, e se a Constituição não está adaptada às medidas aconselhadas pelo FMI, tanto pior para a queda.

Quem não a subestima são os princípios ideológicos do grande capital, cujas

baterias continuam acastadas na revisão constitucional, imediata e global.

Para nós, a questão não é a de sobrestimar o texto fundamental mas sim utilizá-lo plenamente na defesa de posições correctas e coerentes.

Concretizando apenas para o caso do **direito ao trabalho**, expressão simultaneamente mais lata e mais precisa que a formulação do pleno emprego, o Estado tem a obrigação de desenvolver as acções necessárias ao cumprimento desse preceito, não podendo limitar-se a actuar de forma a incentivar, por exemplo, e apenas, o investimento privado.

A **planificação democrática da economia**, democrática nos seus fins e nos seus processos, integrada num amplo processo de formação das decisões e correspondendo a interesses a mais longo prazo que a curto, podendo originar um consenso social relativo mas estável, tem sido uma das formas mais apontadas para a procura de uma lógica económica diferente da actual.

O pleno aproveitamento

das capacidades existentes e dos recursos nacionais, a coordenação das actividades, o combate aos gastos superfluos, a poupança de energia e o combate à poluição, só são possíveis no mundo de hoje através duma crescente acção do Estado, assente em processos democráticos de decisão.

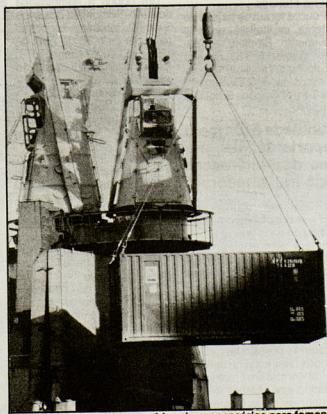
O **aumento da produção nacional** constitui uma necessidade que a discussão filosófica não pode escamotear nem as considerações pseudo-económicas podem suspender.

«O clima de insegurança em que vivem os trabalhadores e as explorações agrícolas na zona de intervenção da Reforma Agrária tem prejudicado seriamente o processo produtivo, com consequências negativas para o desenvolvimento da produção e do investimento na agricultura, que é uma das áreas mais carenciadas da nossa economia e que deve ser uma das áreas prioritárias», assinalam justamente as Teses para o III Congresso da CGTP-IL.

Neste e noutros sectores da vida económica, se analisados com base nos milhares de documentos que os trabalhadores têm elaborado e nas propostas concretas, pontuais ou gerais, técnicas ou financeiras, que têm apresentado, constatamos sempre o mesmo pano de fundo.

Existem condições objectivas para criar uma dinâmica económica diferente assente no empenhamento construtivo dos trabalhadores, baseada na consolidação das nacionalizações e da Reforma Agrária, integrada numa perspectiva de médio e longo prazo, que propõe a planificação democrática da economia.

É na criação das condições subjectivas, nomeadamente a nível da vontade do poder político, que reside o cume da luta actual, na qual o empenhamento activo e profundo do Movimento Sindical é claro e determinado.



«...tomam-se medidas consideradas necessárias para fomentar as exportações e dificultar as importações...»

VASCO CAL

A UNIDADE É UMA OPÇÃO ESTRATÉGICA DO MOVIMENTO SINDICAL PORTUGUÊS

A divisão do movimento sindical internacional

Já em 1872, quando, em Haia, reuniu o Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), o problema da UNIDADE E DO FRACCIONISMO que então surgia no seio da 1.ª Internacional, mereceu da parte dos delegados ali presentes, não só a mais viva discussão, mas também o mais vivo repúdio contra todos aqueles que atentavam contra a organização única dos trabalhadores de então.

Não bastou este vivo repúdio, porque ao longo dos tempos, umas vezes por incapacidade de se ultrapassarem as contradições existentes, outras por oportunismo e traição de trabalhadores, que esquecendo os seus interesses de classe, se venderam ao capital e ao imperialismo, o movimento operário internacional acabou por se fraccionar.

Tais factos fizeram-se sentir a nível da Organização Sindical, com principal incidência no período imediato à 2.ª Guerra Mundial, nos países do Centro e do Sul da Europa, situação que ainda hoje se mantêm.

O após guerra confirma divisão do Movimento Sindical

Para além da FSM (Federação Mundial Sindical), veio a formar-se uma nova Confederação Mundial: a CISL (Confederação Internacional dos Sindicatos Livres). A Confederação Sindical dos Trabalhadores Cristãos que mais tarde deu lugar à CMT (Confederação Mundial de

Trabalho), já existia desde o final da 1.ª Guerra Mundial embora com pouca implantação e particularmente influenciada pela Igreja de então.

A divisão do Movimento Sindical Internacional, depressa correspondeu a divisão do Movimento Sindical em alguns países.

Para este surto divisionista contribuíram principalmente os efeitos desgastantes que a «guerra fria» provocou, nos anos 50, em todo o Mundo, e o célebre «Plano Marchal» que os EUA impuseram à Europa capitalista, após a 2.ª Guerra Mundial.

Poucos foram os países de sistema capitalista onde o Movimento Sindical conseguiu manter a sua coesão sendo no entanto de realçar os casos da TUC, Britânica e das Confederações Sindicais Nórdicas.

A unidade é um meio importante na defesa dos interesses dos trabalhadores

Dividir foi relativamente fácil nas condições em que o mundo do após guerra se encontrava, mas de igual modo, não é menos importante, verificar que não demorou muito tempo que os trabalhadores constatassem que o pluralismo sindical tinha efeitos negativos sobre a sua luta e em muitos países começaram a pressionar as direcções nacionais no sentido de encontrarem soluções unitárias que melhor defendessem os seus interesses de classe.

Assim, hoje em dia, é no-

tório, nos países capitalistas da Europa Mediterrânica, e nos países do chamado 3.º Mundo, uma tentativa de unidade de acção entre as várias centrais sindicais, que nos casos italiano e colombiano já levaram mesmo, à criação de coordenadoras nacionais, que embora, de momento, tenham âmbitos de actuação limitados, visam, no futuro, a fusão das centrais sindicais existentes.

O divisionismo em Portugal

Um pouco à semelhança do surto divisionista dos anos 50 e 60, também, no nosso país, desde o 25 de Abril de 1974, o imperialismo e o grande capital tudo tem feito na ânsia de dividir o Movimento Sindical Unitário, sem no entanto lograr atingir resultados que pudessem dar credibilidade aos seus objectivos.

Na verdade, o capitalismo e o imperialismo não perdoam que os trabalhadores, apoiados no Movimento Sindical Unitário, não só desfizessem o regime corporativo/fascista, como ainda destruissem o poder dos monopolistas e latifundiários, tendo acabado — numa aliança com as restantes camadas populares, e através duma dinâmica de luta, assente nos locais de trabalho e nas ruas — por fazer tamanhas conquistas, que a Assembleia Constituinte, mesmo depois do 25 de Novembro de 1975, teve que as consagrar no Texto Fundamental que é a Constituição da República Portuguesa.

O divisionismo já assumiu várias siglas no sentido de enganar os trabalhadores

Na verdade as tentativas que desde o 25 de Abril, se fazem para dividir os trabalhadores e do Movimento Sindical Unitário, são apoiados por forças políticas com interesses contraditórios e sempre financiados pelo imperialismo, tendo sofrido im-



grande incremento em 1975. A magnífica jornada que foi o Congresso de Todos os Sindicatos, pela importância das suas decisões, isolou aqueles que mais não pretendiam do que estabelecer a divisão sindical daqueles que na verdade queriam e desejavam que o sectarismo e o cibreísmo fossem abandonados e que alguns erros cometidos pela direcção sindical fossem corrigidos.

Tendo-se negado a estar presentes no Congresso de Todos os Sindicatos apesar de até à última hora, de todos os quadrantes unitários, se fazerem apelos à participação e se criarem aberturas que garantissem a continuidade no Movimento Sindical Unitário de todos os trabalhadores, alguns «dirigentes sindicais», que a si próprios se apelidavam de «independentes e democráticos», cometeram o erro histórico de demonstrar aos olhos de todos que os seus verdadeiros desígnios eram divisionistas.

Dai em diante estes «dirigentes amarelos» não mais pararam de, por todos os meios ao seu alcance, conseguirem concretizar os seus objectivos divisionistas.

Tentaram ludibriar os trabalhadores, assumindo dife-

rentes siglas (Carta Aberta, Misa, Madisca, UDTP e, na sua actual fase, UGT) e definindo objectivos de circunstância; conseguiram o apoio da maioria dos órgãos de comunicação social (desde os jornais reaccionários e de direita, aos órgãos partidários e à própria imprensa, rádio e televisão estilizadas); forjaram calúnias e mentiras, no sentido de criarem um ambiente que minasse a confiança dos trabalhadores na força da sua unidade e nos seus órgãos representativos; violaram estatutos, consoante os seus interesses de momento; conseguiram, numa clara manobra de dependência, que a maioria dos sucessivos governos constitucionais alinhasse a legislação sindical, de acordo com os seus desígnios ou, quando necessário, violasse as leis existentes; conseguiram, através do seu chefe visível, «o espantoso» sr. Gonelha, que, numa tentativa de «quebrar a espinha» à Intersindical, se fizesse sair uma lei, a Lei das Quotizações, visando a des-sindicalização e a criação de dificuldades económicas; realizaram esse espectacular «Congresso Amarelo» que, por tão «democrático e independente», quase dei-

xou paralisadas e de boca aberta os nossos jornalistas, mesmo os que se identificam de esquerda, e a opinião pública nacional...

UGT — O novo nome do divisionismo

Na fase actual da ofensiva divisionista, a chamada UGT, criada por acordo firmado entre as direcções do PS e do PSD, sem legitimidade de uma qualquer dinâmica das massas trabalhadoras, mais não pretende do que anular o papel de primeiro plano, que o Movimento Sindical Unitário, consubstanciado na CGTP-IN, tem desempenhado na conquista e defesa do regime democrático e na promoção dos interesses e direitos dos trabalhadores.

Vejamos as afirmações e posições que os seus dirigentes, quer os «ditos sindicais», quer os partidários, tem assumido e um tipo de «sindicalismo» que todos os dias poderemos verificar na cobertura que os órgãos de comunicação social, principalmente os de direita, lhes fazem:

desde afirmações de que o objectivo central do divisionismo é «combater a Inter-

sindical», (sic), até às suas claras opções de direita, não só verificáveis na tração às lutas dos trabalhadores, como no comportamento que durante as últimas eleições assumiram, ao não apoiarem qualquer ou quaisquer opções progressistas, até ao ponto de alguns dos seus membros terem sido candidatos da chamada «AD» e declarado publicamente, pela voz do «presidente amarelo», que dá pelo nome de Camoias Pacheco, «... não haver entre o programa da UGT e o programa da AD, qualquer incompatibilidade»; desde afirmações de que a verticalização sindical deve avançar e de que a CGTP-IN é o único obstáculo a que tal se faça, tudo tem sido conscientemente assumido e propagandeado.

Esquecem os divisionistas, que a verticalização sindical é uma tarefa central da organização sindical e não só não se fabrica, nos «laboratórios» mais ou menos partidários; como terá que ser o resultado duma dinâmica de massas e nunca uma imposição, feita nas costas dos trabalhadores. Esquecem os divisionistas que em lugar de verticalização tem tentado



PELA UNIDADE CONTRA O DIVISIONISMO

criar paralelismo; que, em lugar de verticalização contratual tem, sistematicamente, mesmo depois das organizações sindicais unitárias cederem tudo, lançando a contratação para formas profissionais. A verdade que não dizem, é que se opõem, ou melhor, nem sequer querem ouvir falar de qualquer projecto que vise verticalizar por sector.

Podíamos continuar a desfolhar o rosário das traições cometidas pelo cisionismo, mas não só o espaço não chegaria, como o mais importante e do ponto de vista prático e de acção é tirar algumas lições.

A unidade na acção é correcta nas bases

Uma das questões que mais se tem levantado nos últimos tempos é a questão tão apregoadada da «unidade na acção». Falam dela os elementos do secretariado da chamada «UGT», perguntam outros porque não?...

É verdade que a **unidade na acção**, é, de há muito, defendida nas estruturas da CGTP-IN, e, no meu entender, de forma correcta. Não se trata duma afirmação viçada, nem demagógica, nem despida de conteúdo. Pelo contrário, é uma opção sólida, aplicável a partir dos locais de trabalho, tendo como suporte filosófico de que se deve sempre acentuar o que nos une enquanto trabalhadores e enquanto classe explorada, e nunca o que nos divide. Nesta perspectiva, é correcto que, nos locais de trabalho, se procurem todas e o máximo de aproximações entre trabalhadores enquanto classe explorada, tenham a cor política que tiverem e as opções sindicais que acharem necessário afirmar.

A «Unidade na Acção» CGTP-IN — UGT era tração aos trabalhadores...

A grande questão é se esta

opção de **unidade na acção**, desejada como atrás afirmel, a nível das bases, deve, ou pode existir, agora ou qualquer dia, entre a CGTP-IN e a chamada «UGT»?

Penso que esta questão não pode ser simplisticamente analisada, merecendo uma profunda reflexão.

1.º A «UGT» carece de dependência,

a) porque não só resulta de um acordo partidário (PS/PSD), como a continuidade desta dependência não só se manteve como se alargou ao CDS e até à dita «AD»;

b) porque a UGT tem estado dependente dos sucessivos governos que não só fazem a sua promoção a nível internacional (vide despacho Mota Pinto sobre representação dos trabalhadores no OIT), como a nível nacional lhe prestam todos os apoios e coberturas (vide legalização legal dos sindicatos paralelos e da própria UGT);

c) porque está dependente do patronato e aceita a sua promoção (vide sede «Sindicato paralelo de Construção Civil, em Coimbra, nas instalações do patronato e também a boa vontade que todos os patrões manifestam para a realização dos comícios divisionistas nos locais de trabalho, etc.).

2.º A UGT carece de qualquer legitimidade democrática

a) porque foi fundada à margem de qualquer dinâmica de base e de massas;

b) porque se apoia no gplismo e no oportunismo para atingir os seus objectivos;

c) porque a sua dinâmica é capulista e visa afastar os trabalhadores da participação.

3.º A UGT carece de qualquer espírito de classe

a) porque não só depende um sindicalismo reformista na sua teoria, como mantém uma prática de capitulação, com características interclassistas, isto é um tipo de sindicalismo de conciliação;

b) porque o seu objectivo é

traduzir, em Portugal, os objectivos imperialistas, que os trabalhadores recusam;

c) porque o seu principal interesse é dividir o Movimento Sindical Unitário, enfraquecendo-o, para assim favorecer a recuperação capitalista.

4.º A UGT não é uma organização representativa

a) Porque não basta que os seus dirigentes apregoem números altos de trabalhadores que dizem representar (650 000 números dados à CISL, 1 000 000 afirmações Torres Couto, ao jornal «O Tempo» em 31.10.79), quando, na verdade, mais não representa do que 7% dos sindicalizados, incluindo neste número todos aqueles trabalhadores que não sendo afectos ao divisionismo continuam inscritos de acordo com as orientações do Movimento Sindical Unitário e que são cerca de 40% do total de inscritos na UGT;

b) Porque mesmo nos serviços e quadros técnicos, com toda a gente incluída a UGT é muito menos que 50% destes sectores profissionais;

c) Porque a sua existência não assenta em acções de massas mas somente nas conversas e propaganda de gabinete.

Na verdade a chamada «UGT», ao falar de UNIDADE NA ACÇÃO não só não a deseja, e a sua prática demonstra-o, como mais não pretenda do que a cobertura da CGTP-IN ao seu processo divisionista, isto é: ao seu possível fortalecimento.

No entanto, todos os esforços que contribuem

para alargar a unidade dos trabalhadores devem continuar a ser feitos. Neste sentido a CGTP-IN deve continuar aberta e encorajar todos aqueles que embora tenham dado «passos errados» queiram, à semelhança do «filho pródigo», verificar os erros cometidos. Tal posição seria bem acolhida.

Uma nova medida divisionista seria também um fracasso

Algumas propostas, aparentemente mirabolantes podem, neste momento, no seguimento das propostas anteriores, mas com uma nova imagem, considerar que seria de criar uma «3.º Central». Não só esta solução seria tática e estrategicamente errada, como estaria irremediavelmente condenada a não ser mais do que o fracasso já hoje reconhecido da dita «UGT».

Isto porque o espaço que lhe restava, bem como a dependência económica do imperialismo em que necessariamente se colocaria, a conduziriam irremediavelmente para uma política contrária aos interesses dos trabalhadores.

A unidade sindical é uma prática revolucionária

Por outro lado, há que não esquecer que as posições hoje assumidas pelo Movimento Sindical Unitário são as que correspondem aos anseios da esmagadora maioria dos trabalhadores portugueses que resultam de uma prática sindical que a todos os níveis poderemos classificar de REVOLUCIONÁRIA:

Nesta perspectiva, assume particular importância continuar constantemente a procurar o alargar da UNIDADE. A unidade, que é, ao mesmo tempo, tarefa e objectivos da acção e da organização, controla-se na busca constante das soluções correctas para os problemas dos trabalhadores, enquadrada na mesma perspec-

tiva dos seus interesses de classe.

Objectivo esse que terá que ser assumido não só no debate das ideias mas principalmente na prática quotidiana.

É aqui que o debate interno não só é desejável como tem que se estender cada vez mais a um maior número de trabalhadores. Isto porque a UNIDADE não é, nem pode ser, um mero «slogam» como alguns mistificadores pretendem que seja, mas antes e sempre a expressão da livre opinião dos trabalhadores organizados.

O reforço da unidade forma-se no interior das estruturas

Só como exemplo refiro que ainda recentemente alguns órgãos de comunicação social publicaram notícias sobre uma eventual falta de acordo entre

junto que desmentia tais notícias, todos os dias os elementos visados eram assediados e as notícias sucederam-se durante 3 ou 4 dias. Quando o comunicado saiu logo os órgãos de comunicação social se calaram e grande número deles nem sequer referiram o comunicado.

— Porquê este interesse até à saída do documento? — Porquê o desinteresse manifestado no momento seguinte?

A resposta é só uma! O comunicado não servia os interesses propagandísticos que os objectivos divisionistas pretendiam.

Não há dúvida, nem me atrevo a pôr em causa, a importância que os meios de comunicação têm. O acesso à informação deve ser um direito de todos, mas tal direito só deve ser utilizado para informar objectivamente e nunca para provocar especulação e na minha opinião, nunca antes de uma aturada discussão no interior da or-

ga de Acção saído do Congresso de Todos os Sindicatos e os seus objectivos unitários. A sua actuação foi o resultado do conjunto e consenso de sensibilidades e opiniões existentes no seio do Movimento Sindical Unitário. Basta verificar os resultados das discussões e votações que durante estes 3 anos tiveram lugar nos inúmeros plenários levados a efeito, e a crescente participação dos trabalhadores nas grandes jornadas de luta travadas pelo Movimento Sindical Unitário.

Dizer que o Secretariado assumiu uma posição «reformista» é uma opinião que, por muito respeito que os seus mentores me mereçam, é no mínimo, mentirosa. Outras afirmações, durante este triénio, assumiu uma posição demasiado exigente, senão impossível de tolerar, para com os sucessivos governos, é a posição daqueles que gostariam de nos ver metidos

condições de vida dos trabalhadores. Se isto não fosse verdade, o cisionismo e o divisionismo ter-se-ia instalado e pelo contrário não o conseguiu e a unidade saiu reforçada.

O III Congresso, fortalece a unidade do Movimento Sindical

Na batalha da unidade e, no alargamento da força e influência da CGTP-IN e da sua vitória sobre o divisionismo o III Congresso assume uma particular importância. As suas decisões vão reflectir uma clara opção de classe:

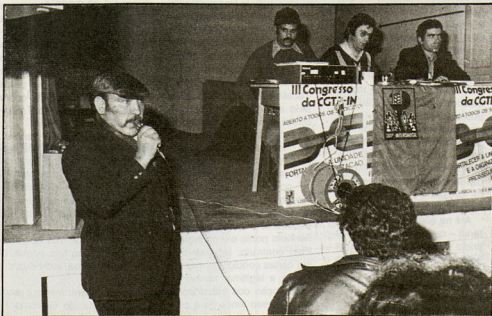
— na defesa do regime democrático consagrado na Constituição nomeadamente pela clara opção que deve assumir contra a revisão inconstitucional desta Lei Fundamental;

— na defesa intransigente dos interesses colectivos dos trabalhadores, sem discriminações, de modo que reflita uma autêntica barreira à degradação do seu direito ao trabalho — contra o desemprego; — no respeito escrupuloso da democracia sindical e da vontade dos trabalhadores a todos os níveis da estrutura orgânica do Movimento Sindical;

— na luta pela unidade na acção de todos os trabalhadores e de todos os sindicatos filiados ou não na CGTP-IN e pela defesa de uma única organização a todos os níveis da estrutura sindical;

— no combate ao sectarismo, ao elitismo e ao obreirismo que respeite o direito de opinião, acabe com os regionalismos e caciquismos e abra caminho à verticalização sindical.

Estou certo que existem condições objectivas e subjectivas, para reforçar a unidade orgânica do Movimento Sindical e encontrar a todos os níveis da estrutura a convergência de opiniões diversificadas que assegurem a defesa dos interesses de todos os trabalhadores. Isto porque a razão está do nosso lado.



O III Congresso reforçará a unidade dos trabalhadores

os elementos do actual Secretariado da CGTP-IN. A esta notícia foi dado um relevo espantoso, tendo em conta que nada de mais natural do que numa equipa com várias sensibilidades político-sindical, poderem, por vezes, existir pequenas divergências, que a discussão franca e aberta naturalmente ultrapassará. Enquanto não saiu um comunicado con-

ganização sindical, isto no caso de, aquilo que nos mova, ser de facto a unidade.

O actual secretariado reforçará a unidade dos trabalhadores

Na minha opinião este Secretariado da CGTP-IN cumpriu os objectivos apontados pelo Programa

no colete do economismo.

Ainda em minha opinião este Secretariado cumpriu, de uma forma consciente e revolucionária, a tarefa histórica de travar a recuperação capitalista, de defender o regime democrático e a Constituição, de defender, como pôde e a partir da consciência de classe existente, os interesses imediatos e as

OS DIREITOS E LIBERDADES DOS TRABALHADORES

Continuação da pág. 7

social emergente das transformações de estrutura realizadas pela Revolução tem continuado a exercer uma influência real no conteúdo da legislação, mesmo quando as condições subjectivas (ao nível do poder político) apontam em sentido contrário. Só assim é possível compreender que leis, sociais e politicamente, tão avançadas como a Lei 16/79 (participação na legislação do trabalho), a Lei 68/79 (protecção de representantes dos trabalhadores contra o despedimento abusivo) ou o próprio DL 392/79 (proibição da discriminação da mulher no trabalho) tenham sido aprovadas em pleno período do Governo reaccionário de Mota Pinto em que tudo na conduta do poder correspondia à reacção revanchista contra os direitos dos trabalhadores. Que não terá pensado o presidente da Ford, algum tempo depois em Portugal, das autoridades portuguesas que permitam a publicação de tais leis embora, tal como ele, considerassem «desencorajante» a legislação do trabalho e apostassem a fundo na sua revisão?

É também a força da realidade objectiva resultante da Revolução que, em certa medida, pode explicar o «falhanço» dos autores e apoiantes da Lei das CT's, concebida para «domesticar» e entranquecer estas organizações e descastrizar o controlo de gestão, mas que tem «funcionado» em sentido contrário para fortalecer o movimento das CT's em posições de classe. Mas aqui, o factor subjectivo tem um grande peso: só uma direcção antireformista do Movimento Operário e Sindical pôde conseguir este aparte «prodígio».

As conquistas obtidas na contratação colectiva e na prática das empresas caracterizam já a nova realidade social. É isso que explica que, com frequência, os propósitos de recuperação capitalista fiquem a meio caminho. Veja-se o caso da lei das faltas que o PS apresentou como sendo

contra o absentismo, mas que o governo AD quer rever porque a considera **pré-absentista**. De facto, esta lei acabou por se revelar em vários aspectos numa lei progressiva porque não era fácil destruir de uma penada a realidade social e voltar ao poder absoluto do patrão sobre a empresa e sobre os Trabalhadores.

Mas um dos factores decisivos para que a armadura jurídica que consagra os direitos dos trabalhadores se mantenha ainda no **essencial intacta**, é de ordem subjectiva: a luta dos trabalhadores e as posições de classe da sua direcção política e do Movimento Sindical.

Foram estes factores (além, interdependentes) que derrotaram o projecto Gonalves; que obrigaram ao recuo na questão das quotizações; que alteraram para melhor a lei dos despedimentos do I Governo PS; que fizeram cair a primeira lei das CT's aprovada pelo PS e pela direita.

Em todos estes processos os **divisionistas** estiveram do lado contrário ao dos trabalhadores. Só na questão das quotizações sindicais, pressionadas pelos próprios associados dos sindicatos que controlam, tentaram retirar a seu favor, mas sem êxito, os dividendos do recuo que o PS foi forçado a fazer através da Assembleia da República.

Até na questão do tecto salarial — que apoiaram desde o início — os divisionistas ainda estavam a reclamar um novo limite de 25% quando tudo apontava já para a queda dos limites percentuais.

5 A legislação do trabalho não estabelece uma **síntese** realizada e definitiva entre as posições das forças sociais. Há uma dialéctica da sua aplicação efectiva. Novos processos de luta se iniciam para vencer a resistência do patronato à plena aplicação das leis que alargam os direitos e garantias dos trabalhadores. Todos sabemos que é muitas vezes mais dura a luta para o patronato cumprir a lei e as CCTs, do que para a lei ser aprovada

ou o contrato assinado. Será, muitas vezes, uma confrontação menos global e mais localizada (opondo directamente o patrão aos trabalhadores na empresa). Assim, às leis do trabalho em sistema capitalista não corresponde de imediato um progresso social efectivo. Mas elas próprias criam condições, não só, para a melhoria real da situação dos trabalhadores, mas ainda para novos avanços na consciência de classe e na organização dos trabalhadores. Um caso típico, têm-o na PRT do trabalho agrícola cuja aprovação **pelo Governo** culminou numa luta prolongada em que se jogou a força resultante do desenvolvimento da organização sindical nos campos, a solidariedade do Movimento Sindical no seu conjunto e o peso da consciência democrática do país. A luta travase agora pela realização prática do seu impacto transformador das relações de trabalho nos campos, sendo tenaz a resistência dos proprietários em muitas regiões do país. Além da esperada melhoria da situação económica e social dos trabalhadores agrícolas, a luta pela aplicação da PRT conduzirá a um novo avanço da organização e da consciência de classe. Deste processo resultará uma nova síntese.

E muitos outros exemplos se poderiam dar. Detenham-nos no caso do DL 783/74 que regulamentava os despedimentos colectivos. Em nenhum ponto ele os proibia. Pelo contrário: legitimava-os em certas condições, mas, ao prever e legitimar também a intervenção dos trabalhadores no processo tendente à concretização de um despedimento desse tipo, a lei estava a potenciar o exercício do **controlo de gestão**. E daí que aquela lei — que, por si própria, em nada melhorava a situação dos trabalhadores e, pelo contrário, reafirmava o poder patronal de fazer prevalecer o direito de propriedade sobre o direito ao trabalho — tinha o «funcionamento» como um instrumento efectivo de limitação dos despedimentos colectivos. Isto também significa, claro, que os resultados da

aplicação da lei podem variar em função das circunstâncias históricas e, designadamente, da correlação de forças de classe e políticas.

Assim, a luta pela aplicação efectiva das leis do trabalho não é uma mera luta pela legalidade formal. Ela tem implicações ao nível da própria organização e consciência de classe dos trabalhadores. Veja-se a este propósito a importância que a própria lei das CT's, está a revelar com vista à implantação de comissões de trabalhadores nas regiões e empresas onde o Movimento Operário e Sindical é mais débil.

Esta luta pela **efectividade** dos direitos dos trabalhadores tem, assim, a maior importância. Mas ela não se processa apenas com recurso aos meios jurídicos-formais previstos para levar à realização colectiva dos direitos quando as obrigações correspondentes não são voluntariamente cumpridas. Referimo-nos em especial aos **Tribunais de Trabalho**, e à **inspecção do Trabalho** cuja importância cresce à medida que diminui a capacidade da luta de massas para influir directamente na conduta do patronato e do Estado. O recurso a estes meios não pode ser negligenciado assim, aliás revela a prática seguida pela CGTP-INE e pelos Sindicatos (V. Encontro sobre Direito Processual do Trabalho).

Mas a luta de massas, desde logo, a nível de empresa é o recurso determinante, ainda que associada diríamos que **necessariamente**, nas actuais circunstâncias a formas de luta jurídica. Assim o demonstram os êxitos (e também as derrotas). Verificados na luta contra os despedimentos individuais e colectivos.

Ainda recentemente o recuo e a derrota do Governo no caso de 40 CCTs congelados demonstrou ser a luta de massas determinante para se conseguir tomar efectivos os direitos conquistados pelos trabalhadores.

Isto exige uma direcção política e sindical em posições de classe. Também neste ponto é nítida a **demarcação face aos reformistas que inspiram o divisionismo e entranquecem a luta comum face ao inimigo de classe**.

JOSÉ BARROS MOURA